



Data
12/02/2020 11:14:41

Setor de Origem
RET - OA-AUDIN

Tipo
Comunicação Interna

Assunto
Encaminha Relatório Final de Auditoria nº01/2020 - Campus Gov. Mangabeira

Interessados

Aecio Jose Araujo Passos Duarte, Daiana Silva Mamona Nascimento, Livia Tosta dos Santos

Situação

Em trâmite

Trâmites



12/02/2020 11:29

Aguardando recebimento por: GMB-DG

12/02/2020 11:29

Enviado por: OA-AUDIN: Joao Vitor Miranda de Menezes



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Reitoria

OFICIO 6/2020 - OA-AUDIN/RET/IFBAIANO

Salvador, 12 de fevereiro de 2020

A Sra. Livia Tosta dos Santos
Diretora Geral do Campus Governador Mangabeira

Assunto: Encaminha Relatório Final de Auditoria nº 01/2020

Senhora,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos anexo o Relatório Final de Auditoria nº 01/2020 após manifestação formal da gestão do Campus Governador Mangabeira quanto às recomendações finais apresentadas, as quais seguem resumidas no seu anexo (Plano de Providências Permanente - PPP).

As recomendações foram frutos da reunião de busca conjunta de soluções entre os gestores da unidade auditada, a equipe da AUDIN e o dirigente máximo do IF Baiano, no qual foram apresentadas e discutidas as sugestões propostas quanto às estratégias e prazos para implementação das recomendações, se estabelecendo um alinhamento entre as partes.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por:

▪ **Joao Vitor Miranda de Menezes, CHEFE - FG1 - OA-AUDIN**, em 12/02/2020 11:10:44.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/02/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 15028

Código de Autenticação: a2cd9f9f67





Rua do Rouxinol, n. 115, Imbuí, Salvador / BA, CEP 41720-052

Fone: (71) 3186-0001



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
AUDITORIA INTERNA
Rua do Rouxinol, 115 – Bairro do Imbuí - CEP: 41.720-052 - Salvador - BA
Fone: (71) 3186-0046. E-mail: audin@ifbaiano.edu.br

TIPO DE AUDITORIA: OPERACIONAL
UNIDADE AUDITADA: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA
CÓDIGO: 154618
RELATÓRIO Nº: 01/2020
UCI: AUDIN/IF BAIANO
VALOR AUDITADO: R\$ 2.929.783,33

RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA nº 01/2020

INTRODUÇÃO

Em atendimento ao Plano de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) para o exercício de 2019 e a Ordem de Serviço nº 04/2019, de 01/08/2019, foi realizada auditoria no Campus Governador Mangabeira. Consta neste relatório os resultados finais dos exames realizados em atendimento às ações “2.6.1 - Avaliação da Gestão de Suprimento de Bens e Serviços”; “2.6.3 - Avaliação da Gestão Acadêmica”; “2.6.6 - Avaliação da Gestão Operacional” e “2.6.5 - Avaliação dos Controles Internos”.

I OBJETIVOS E ESCOPO

a) Avaliação da Gestão de Suprimento de Bens e Serviços

A Avaliação da Gestão de Suprimento de Bens e Serviços se baseia em exames relacionados a:

- i) Observar a adequabilidade do Plano Anual de Contratações – PAC de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações, assim como a tramitação do referido via Sistema PGC;
- ii) Analisar se os contratos que geraram obrigações financeiras foram devidamente licitados dentro de todas as formalidades exigidas pela legislação e normativos vigentes na época dos fatos, bem como atento as boas práticas processuais,

estabelecendo todos os responsáveis (fiscais, preposto, etc) e respeitando todas as fases;

- iii) Observar a execução contratual e as comunicações entre as partes para situações adversas (aplicações de multas, sanções, interrupções do serviço, etc).

b) Avaliação da Gestão Acadêmica

Em relação aos aspectos acadêmicos, foram avaliados a adequação da implementação dos cursos ofertados e situações que podem impactar em dificuldades operacionais. As seguintes ações foram executadas:

- i) Verificar conformidade de estudos preliminares para implantação de novos cursos conforme normativa interna (Resolução);
- ii) Verificar se as cargas horárias dos cursos estão em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos da Educação Profissional e Tecnológica;
- iii) Verificar viabilidade da demanda de cursos ofertada nos Campi;
- iv) Verificar existência de ações para a identificação, avaliação e redução da evasão e retenção de estudantes;
- v) Observar se a Comissão Local de Assistência Estudantil – CLAE emite o relatório anual para a avaliação da execução das Política de Assistência Estudantil, conforme art. 106 da Política de Assistência Estudantil (Res. CONSUP nº 01/2019); o relatório ao final do processo de seleção para o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE – (Edital nº 15/2018, inc. VI, art. 14); e o Planejamento Anual da destinação do recurso de assistência estudantil (art. 103);
- vi) Indagar como é feita a distribuição de recursos nos programas de assistência estudantil e quais critérios vem sendo utilizados para selecionar beneficiários. Avaliar a adequação aos fins propostos.

c) Avaliação dos Controles Internos

Os exames não se resumiram a avaliar apenas os critérios de conformidade, como atendimento às normas expedidas, mas também a qualidade e a efetividade dos controles adotados, refletindo diretamente nos resultados esperados. A observância dos processos, formais e/ou informais, atividades, procedimentos adotados ou em implementação, e a sua aderência à legislação vigente relacionada, também fazem parte do escopo.

- i) Observar existência e adoção de procedimentos operacionais para autorização, aprovação, segregação de funções, controles de acesso a recursos e registros, verificações, conciliações, avaliações de desempenho operacional, avaliação das operações, dos processos e das atividades e supervisão;
- ii) Indagar se a política de gerenciamento de riscos está sendo praticada e em que nível de maturidade se encontra, considerando o modelo de execução dessa

política aprovado pelo Conselho Superior. Verificar se há servidores capacitados designados para tais funções.

d) Avaliação da Gestão Operacional

Com o objetivo de avaliar as adequações operacionais, em relação às estruturas do campus e suas condições de uso, bem como o bom funcionamento dos equipamentos e instalações existentes e demais questões associadas.

- i) Avaliar a estrutura operacional do Campus, considerando a existência de estrutura mínima de funcionamento nas áreas administrativas e nas educacionais, observando a suficiência do corpo docente e de técnico-administrativo, disponibilidade de insumos e equipamentos para aulas práticas, serviços de terceirizados (ex.: limpeza e vigilância), estrutura e funcionamento dos setores administrativo e acadêmico, e demais questões relevantes;
- ii) Verificar o status de condições de acessibilidade;
- iii) Verificar a regularidade de funcionamento dos cursos.

Os exames não se resumem a avaliar apenas os critérios de conformidade, como atendimento às normas expedidas, mas também a qualidade e a efetividade das questões envolvidas, refletindo diretamente nos resultados esperados. A observância dos processos, formais e/ou informais, atividades, procedimentos adotados ou em implementação, e a sua aderência à legislação vigente relacionada, também fazem parte do escopo aqui desenvolvido.

Os trabalhos foram realizados em estrita observância às Normas de Auditoria Aplicáveis ao Serviço Público Federal, conforme aprovada em Instrução Normativa Nº 03, de 09 de Junho de 2017, e demais normativos legais associados, objetivando o acompanhamento contínuo e a avaliação de atos e fatos de gestão, especialmente quanto à legalidade e eficácia. Nenhuma restrição foi imposta a realização dos exames.

II ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O relatório está estruturado em VI (seis) capítulos, além da seção de introdução. Os resultados dos trabalhos de auditoria foram reunidos no Capítulo VI – Considerações Finais.

III CRITÉRIOS E METODOLOGIA

Para avaliação do Campus foram adotados diferentes critérios de auditoria, selecionados em consulta feita à legislação vigente relacionada ao tema, além dos demais normativos internos do IF Baiano relevantes, quando aplicável.

Assim, foram selecionadas documentações para análise e comprovação de situações apresentadas (ex.: contratos, Plano Pedagógicos de Cursos, etc.), bem como foram entrevistadas gestores de cada área para levantamento situacional e esclarecimentos pertinentes. Foi ainda utilizado de inspeção física para avaliação das condições de uso das instalações e equipamentos alocados no campus.

Situações que indiquem a não adequação aos normativos relacionados a cada área observada, bem como situações adversas as condições de operacionalização eficaz e eficiente do Campus são objeto das recomendações de auditoria. Estas seguem apresentadas neste relatório para acompanhamento e busca conjunta de soluções, com o envolvimento dos gestores, responsáveis técnicos, e demais pessoas pertinentes.

IV VISÃO GERAL

1 Sobre o *campus* Governador Mangabeira

1.1 A cidade Governador Mangabeira e região

O campus Governador Mangabeira, objeto desta auditoria, está localizado na Rua Waldemar Mascarenhas, S/N, Portão, Governador Mangabeira – BA. A cidade foi fundada em 14 de março de 1962, completando 57 anos em 2019, se situando a 6 km a sudoeste de Cachoeira, a maior cidade nos arredores. Além desta, é limítrofe de Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição de Feira, e São Félix.

É uma das 20 cidades que compõem o Território de Identidade Recôncavo Sul, distando 119 km da capital do Estado. Possui uma área de 107,56 Km², distribuídos em 35 comunidades e estando a 204 m de altitude acima do nível do mar, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano / PNUD. Possui uma população estimada de 20.722 habitantes, possui apenas 13% de sua população ocupada e 52% com renda per capita de menos de meio salário mínimo (IBGE,2019).

A região foi um importante entreposto para a chegada de negros capturados para o trabalho escravo no País. Os consequentes efeitos culturais ainda são presentes e boa parte da população é negra, com presença de comunidades quilombolas e suas diversas tradições.

1.2 Economia e potencial econômico da região

Quanto a região em que o Campus está localizado, segundo dados de 2015, do governo do Estado da Bahia, 42,09% da economia do Recôncavo advém da indústria (Atualmente, é a região que apresenta o mais elevado índice de industrialização da região Nordeste). A oferta de serviços corresponde a 42,5% da economia local e a agricultura a 2,19%. O PIB (Produto Interno Bruto) é de aproximadamente US\$ 14,6 bilhões. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) médio dos moradores do Recôncavo é de 0,600, considerado um nível médio.

Na agricultura, a cana-de-açúcar, mandioca, fumo e algumas culturas de frutas tropicais são propícias ao plantio. O Recôncavo Sul é uma das mais antigas regiões do Estado da Bahia que está a exigir uma efetiva ação governamental no sentido de integrá-la com efetividade ao processo de desenvolvimento do Estado.

O município de Governador Mangabeira acompanha a dinâmica produtiva do Recôncavo Baiano, com forte inclinação para a produção agrícola e produtos industrializados. A produção de novas culturas apresentou-se como alternativa ao declínio da produção fumageira, que durante muito tempo ocupou lugar de destaque na produção local. A substituição gradativa da produção de fumo provocou um impacto direto nas relações sociais e de produção da zona urbana e rural do próprio município e das áreas limítrofes da região. A localização territorial do Município, nas áreas de influência de Salvador, Feira de Santana e Cruz das Almas, tem gerado mudanças significativas em médio prazo, pois contribui para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, bem como fomenta a necessidade de qualificação de mão de obra, tendo em vista as indústrias que vêm se instalando na região.

Neste sentido, a presença do Campus na cidade reveste-se de grande importância para a formação educacional e profissional da comunidade, ampliando a qualificação da oferta de mão de obra no mercado de trabalho, que vem exigindo especialização adequada para o desenvolvimento das atividades nas empresas. Conectada com a realidade socioeconômica da região, a proposta Político Pedagógica do Campus abrange a construção do conhecimento, de modo a atender tanto às demandas da sociedade quanto às especificidades da microrregião onde o Campus está inserido.

1.3 O Campus Governador Mangabeira

As estruturas do Campus são antigas e a origem histórica de suas primeiras estruturas remontam a década de 70 quando foi sediado o Alojamento de Solteiros, canteiro de obras da Desenvale, para abrigar funcionários que trabalharam na construção da Barragem Pedra do Cavalo. Este terreno que foi vendido pela Prefeitura Municipal de Governador Mangabeira para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu, registrado devidamente no Cartório de Imóveis e Hipotecas, Títulos e Documentos, com o protocolo de n.º 1495, livro 1, folha 278, registro n.º R -2.996, datado de 09 de março de 1978 (Muritiba-Ba), arquivados na Diretoria de Apoio Logístico da Corporação.

Foto 01: Alojamento de solteiros da Pedra do Cavalo: Governador Mangabeira, BA - [19--]



Fonte: IBGE - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/governador-mangabeira/historico>

Em 14 de agosto de 1989, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP foi transferida das instalações da Vila Policial Militar do Bonfim para a cidade de Governador Mangabeira, ocupando o local. O Decreto n.º 7.796 de 28 de abril de 2000, que aprova a Organização Estrutural e Funcional da Polícia Militar da Bahia, muda do CEFAP para EFAP, ou seja, Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, pertencendo ao Instituto de Ensino. No dia 1º de agosto do ano de 2000, a EFAP transferiu sua sede Administrativa para o quartel onde funcionava o 6º BPM em Salvador, no bairro de Ondina, ficando as instalações da cidade de Governador Mangabeira com a função de Aperfeiçoamento de Praças e Formação de Soldados, até agosto de 2002 quando as instalações foram devolvidas à prefeitura municipal de Governador Mangabeira, passando a EFAP a possuir apenas a sede localizada no Quartel de Ondina.

O local ficou sem funcionamento e, por consequência, abandonado e sem manutenção até que em 01 de agosto de 2011 foi cedido ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano, sendo criado assim o Campus Governador Mangabeira. Em 20 de junho de 2018 foi autorizado pelo Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 13.972, a cessão de direito real de uso da área do Campus válido por 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

O Campus vem aproveitando parte das estruturas construídas que estavam presentes quando da cessão do espaço, reformando alguns dos prédios principais que apresentavam condições de uso e, à medida que os recursos orçamentários permitem, vem recuperando as estruturas abandonadas para atender as necessidades de espaços administrativos e pedagógicos, cumprindo assim a finalidade proposta quando da referida cessão.

Assim, há uma grande demanda por manutenções periódicas das áreas atualmente em uso e/ou com potencial de uso, inerentes a qualquer estrutura com 3 décadas ou mais de construção. Se por um lado há uma necessidade de expandir as áreas utilizadas, a possibilidade de reforma, recuperação ou simples manutenção de áreas ainda sem uso, mas em boas condições de aproveitamento é uma via ser pensada com certa urgência, já que a deterioração por abandono pode vir a condenar tais estruturas ao longo do tempo.

2 Sobre a Auditoria Interna e sua atuação

A auditoria voltada para a avaliação operacional de uma instituição, considerando seus controles internos, planejamento estratégico, e da execução financeira, desenvolvida no setor público e no privado, não se resume somente aos relatórios que a sustenta em si. Com o desenvolvimento de suas práticas, o escopo de atuação se ampliou e busca se alinhar com as questões de governança, gestão de riscos, transparência e confiabilidade das informações prestadas às partes relacionadas, entre outros que se maturam em todas as etapas de execução.

A governança das áreas envolvidas neste trabalho tem, como seu principal objetivo, a aplicação de controles e indicadores, alinhando-as aos objetivos estratégicos da instituição. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa:

No exercício da governança corporativa, os temas tratados muitas vezes são subjetivos e ambíguos, o que demanda dos agentes de governança forte capacidade de avaliação, fundamentação e julgamento. A consideração do perfil de riscos, o entendimento dos papéis dos agentes de governança e o uso de critérios éticos são essenciais para que sejam tomadas decisões mais equilibradas, informadas e refletidas.
(IBGC, 2015, p.16)

Além da agregação de valor e da gestão de riscos, o alinhamento estratégico, a gestão de recursos físicos, financeiros e de pessoal, bem como a mensuração de desempenho são as áreas de foco de governança, de modo que se deve garantir a coerência entre estes.

No que tange aos processos de mensuração dos índices de desempenho utilizados pelo IF Baiano, devem ser observados a base legal para a definição de seus procedimentos, no que diz respeito:

- a) Ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, 2016, 3ª edição: O catálogo organiza e orienta a oferta de cursos superiores de tecnologia, inspirado nas diretrizes curriculares nacionais e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e as expectativas da sociedade. Apresenta a carga horária mínima e a infraestrutura recomendada para cada curso. Referência para estudantes, educadores, instituições de ensino tecnológico e público em geral, serve de base também para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e para os processos de regulação e supervisão da educação tecnológica;

- b) Ao Catálogo nacional de cursos técnicos, 2016, 3ª edição: O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é um instrumento que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, para orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral. Trata-se de um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio.

O CNCT, instituído pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, é atualizado periodicamente para contemplar novas demandas sócio educacionais, sendo que já está em sua 3ª edição, conforme preconizado disposto pela Resolução CNE/CEB nº 01/2014. O documento apresenta 227 cursos, agrupados em 13 (treze) eixos tecnológicos, com a seguinte descrição por curso:

- cargas horárias mínimas;
- perfil profissional de conclusão;
- infraestrutura mínima requerida;
- campo de atuação;
- ocupações associadas à Classificação Brasileira de ocupações (CBO);
- normas associadas ao exercício profissional e,
- possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo.

- c) Ao Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006: Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.

- d) À Normatização da Atividade Docente do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Baiano, Aprovada pela Resolução nº 24 – Conselho Superior/IF Baiano, 10 de Setembro de 2013: este documento visa normatizar as ações desenvolvidas por docentes no exercício de sua função, de forma a garantir as especificidades próprias ao desempenho do fazer pedagógico. Para tanto, há que se garantir a equidade das condições de trabalho docente (ensino-pesquisa-extensão) entre os Campi.

- e) À Revisão da Regulamentação da Atividade Docente do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Baiano, Aprovada pela Resolução nº 22 – Conselho Superior/IF Baiano, 18 de março de 2019: este documento tem como finalidade estabelecer as diretrizes legais para o desenvolvimento das atividades de planejamento, de execução, de acompanhamento, de avaliação da carga horária e do regime de trabalho docente, no que diz respeito à equalização das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão, de representação institucional, à

valorização do trabalho docente e à qualidade dos serviços prestados pela instituição.

- f) À Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- g) À Resolução Nº 1, de 6 de abril de 2018: Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.
- h) À Resolução CNE/CP 2, De 19 de fevereiro de 2002: Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- i) Resolução CONSUP nº 21, de 17 de maio de 2016: Altera a Resolução Nº. 48, de 17 de Dezembro de 2014, que estabelece normas e procedimentos referentes à criação, alteração, reformulação curricular e extinção de Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio de caráter presencial do Instituto Federal Baiano.
- j) À Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- k) À Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de 21 de Junho de 1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- l) À Lei nº 10.520, de 17 De Julho De 2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- m) Ao Decreto nº 5.450, De 31 De Maio De 2005.: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- n) À Instrução Normativa n.º 05 SLTI – MPOG, de 25 de maio de 2017 : Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- o) Ao Planejamento Estratégico IF Baiano 2015-2019: orienta as ações do IF Baiano.

- p) À Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 De Setembro De 2001: Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- q) À Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- r) Aos normativos internos do IF Baiano.
- s) Aos demais normativos associados: consultas diversas a pronunciamentos, acórdãos, manuais de procedimentos técnicos e outras publicações de órgãos de controle (TCU, CGU, etc.).

Diante de importância estratégica de planejamento adequado de cursos, com atenção ao pleno atendimento das necessidades físicas estruturais, de pessoal, bem como financeiras para o funcionamento dentro dos padrões mínimos de que se espera dos Campi do IF Baiano, através das exigências dos normativos legais e boas práticas, bem como em atenção à sua missão institucional e atividades finalísticas, os trabalhos da auditoria apresentados neste relatório buscam identificar inconsistências e sugerir recomendações para as inconformidades relevantes identificadas.

V RESULTADOS DAS ANÁLISES

A GESTÃO DE SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS

1 OBJETIVOS

As avaliações dos processos de contratação objetivaram:

- Analisar se os contratos que geraram obrigações financeiras foram devidamente licitados dentro de todas as formalidades exigidas pela legislação e normativos vigentes na época dos fatos, bem como atento as boas práticas processuais, estabelecendo todos os responsáveis (fiscais, preposto, etc) e respeitando todas as fases;
- Observar a execução contratual e as comunicações entre as partes para situações adversas (aplicações de multas, sanções, interrupções do serviço, etc);
- Verificar a adequabilidade do Plano Anual de Contratações – PAC de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações, assim como a tramitação do referido, via Sistema PGC.

2 ANÁLISES EFETUADAS E RESULTADOS OBTIDOS

2.1 Analisar se os contratos que geraram obrigações financeiras e Observar execução contratual

2.1.1 Processo 23337.000010/2018-86

- Pregão SRP nº 01/2018
- Objeto: fornecimento de refeição pronta e acondicionada para o IF Baiano – Campus Governador Mangabeira

Situação encontrada nº1:

- Considerando que a administração optou por entregas parceladas do objeto, verifica-se conformidade com o Decreto nº 7.892 /2013. Contudo, não foi observada justificativa que ensejasse a aderência ao art. 3º, II, deste.

(...) Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; (grifo nosso)

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

(Decreto nº 7.892 /2013)

Embora mencionada a necessidade de justificativa para parcelamento do fornecimento do objeto no item 21 do Parecer nº 0417/2018/AGU-PGF-PF/FI BAIANO, não foi encontrada tal justificativa nos autos. Segundo o AC-3092-45/14-Plenário do TCU,

(...) 9.3.2. é imperativo que a Administração justifique expressamente a circunstância ensejadora do registro de preços, com base nas hipóteses autorizadoras previstas no dispositivo regulamentador, nos termos do art. 3º do Decreto 7.892/2013 e conforme exposto no parecer 160/2014-PGF/AGU da consultoria jurídica da Universidade Federal da Paraíba;

(AC-3092-45/14-Plenário do TCU)

Quadro 01: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 01 Revisar procedimentos licitatórios atentando para a justificativa da necessidade de parcelamento do fornecimento do objeto, quando aplicável, conforme estabelecido no art. 3º, II do Decreto nº 7.892/2013 e jurisprudência do TCU, ou legislação que as vier a substituí-las. Verificar o atendimento às recomendações da Procuradoria Federal junto ao IF Baiano, embora o parecer desta tenha caráter opinativo.	O campus inaugurará em março/2020 novo procedimento licitatório para aquisição de quentinhas e adotará efetivamente a recomendação da auditoria, realizando um contrato com valor global, da ata, contudo com entregas parceladas de acordo ao valor empenhado. Dessa maneira não gerará despesas com publicações e elaboração de vários contratos como estava sendo praticado. Análise AUDIN: Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	RFA 01 Revisar procedimentos licitatórios atentando para a justificativa da necessidade de parcelamento do fornecimento do objeto, quando aplicável, conforme estabelecido no art. 3º, II do Decreto nº 7.892/2013 e jurisprudência do TCU, ou legislação que as vier a substituí-las. Situação: Parcialmente Atendida	05/2020

Situação encontrada nº2:

- Embora a administração tenha indicado a justificativa para contratação (fls. 07), demonstrou-se insuficiente (fls. 01), especificando apenas o número de alunos do ensino médio integrado (261), multiplicados pelos dias letivos previstos (200), num total 52.200 refeições, adicionado dos “demais alunos em diversas atividades acadêmicas: para 2018, total 700 refeições. Totaliza assim 52.900 refeições para o ano letivo de 2018...”. Percebe-se que as 700 refeições foram especificadas sem mencionar quais alunos de quais cursos seriam atendidos.

Em relação à especificação adequada do quantitativo a ser adquirido, segue orientação da Nota Explicativa do Termo de Referência Padrão da AGU:

Deve a administração especificar:

(...)

c) o quantitativo de serviço demandado, que deve se pautar no histórico de utilização do serviço pelo órgão ou em dados demonstrativos da perspectiva futura da demanda.

Observa-se que, apesar da existência de estimativa de quantidade de refeições para o ano 2018 (fls.04), não foi identificado histórico de utilização do serviço pelo Campus na descrição da justificativa, não foi devidamente demonstrada a perspectiva futura da demanda no item 2 do Termo de Referência da licitação (fls. 52).

Quadro 02: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 02 Aprimorar a metodologia de previsão do quantitativo de refeições prontas a ser adquirido, considerando informações mais consistentes como: o número de alunos a ser atendido de acordo com o quantitativo histórico de consumo, previsão de novos (ou descontinuidade) de cursos e turmas, e/ou demais metodologias que se julgue aplicável.	O novo pedido de aquisição de quentinhas já traz a memória de cálculo conforme solicitação da auditoria. Análise AUDIN: Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	RFA 02 Atendida, conforme demonstrado no Processo suap: 23337.250500.2019-11. Recomendamos que gestão do campus formalize em manual (ou similar) o procedimento para que se aplique em todas as contratações futuras. Situação: Atendida	n/a

Situação encontrada n° 3:

- Existência de 9 (nove) termos de contrato para o objeto “fornecimento de refeições prontas”, conforme segue:

Tabela 01: Contratos associados ao Pregão SRP 01/2018

Pregão SRP 01/2018				
Contratado	Nº contrato	Objeto	Vigência	Valor
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	02/2018	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada	26/03/2018 a 31/07/2018	R\$ 170.046,24
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	05/2018	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada	01/08/2018 a 15/09/2018	R\$ 70.596,24
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	07/2018	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada	17/09/2018 a 28/09/2018	R\$ 22.648,08
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	08/2018	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada	01/10/2018 a 12/10/2018	R\$ 14.586,00
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	11/2018	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada	11/10/2018 a 14/11/2018	R\$ 40.138,02
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	12/2018	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada	25/10/2018 a 14/11/2018	R\$ 36.213,06
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	13/2018	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada	16/11/2018 a 31/12/2018	R\$ 31.651,62
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	03/2019	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada	28/02/2019 a 11/04/2019	R\$ 13.260,00
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	05/2019	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada	21/03/2019 a 15/05/2019	R\$ 66.031,32
TOTAL				R\$ 465.170,58

Fonte: COMPRASNET

Justificativa do Campus

Diante do exposto, a gestão do Campus informa que:

“Adotamos por orientação jurídica e por força do decreto 7892/2013, alterado pelo decreto 9488 de 08/2018, para cada nota de empenho um contrato específico daquela quantidade e valor por ora empenhado. Não realizamos empenho global para despesas de bens oriundos de pregões pelo sistema de registro de preços, justamente por entender que a *possibilidade de parcelamento da aquisição dá a oportunidade da administração se organizar com o orçamento disponível*. Realizar um único empenho para o caso em questão - processo de fornecimento de refeição pronta e acondicionada em quentinhas, estaria de encontro ao que estabelece a legislação quando trata das obrigações da contratada e do contratante. Da leitura do artigo da lei 8666/93 em específico que trata sobre o tema, o empenho gera a obrigação do fornecedor entregar e receber pelo bem ou serviço, ao menos um destaque no orçamento e no financeiro deve ser sinalizado para garantir a cobertura da despesa. Contudo, realizar um contrato com o valor global da ata sem um prévio empenho para cobertura da despesa é, além de inverter a ordem do rito processual de compras públicas, assumir obrigações sem prévio orçamento para custeá-las.

Art. 15. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993. (Decreto 7892/2013)

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. (Lei 4320/64). ”

Análise da AUDIN

A utilização do Sistema de Registro de Preços é possível, nos termos dos incisos I e II, art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes e quando for conveniente a contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O que foi observado é que foi utilizado um instrumento de contrato para cada necessidade de fornecimento do serviço, o que poderia ter sido previsto e um único contrato com o parcelamento do serviço, considerando que o objeto contratado deve ser entregue de forma parcelada. Inclusive, o SRP permite o atendimento a demandas de difícil previsibilidade, decorrentes de necessidades variáveis ou sujeitas a quantitativos oscilantes, como pode-se observar a variação dos valores contratados em função do quantitativo de alunos.

O Campus, portanto, pode buscar estimar o quantitativo de fornecimento de refeições prontas por período e prever em contrato entregas parceladas, evitando, dessa forma, de arcar com custos desnecessários de publicações de extratos de contratos.

Quadro 03: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO O PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 03 Buscar realizar um único contrato, prevendo a entrega parcelada das refeições prontas de acordo com o quantitativo previamente informado pela administração, com vistas a evitar gastos com publicações de inúmeros contratos.	O campus inaugurará em março/2020 novo procedimento licitatório para aquisição de quentinhas e adotará efetivamente a recomendação da auditoria, realizando um contrato com valor global, da ata, contudo com entregas parceladas de acordo ao valor empenhado. Dessa maneira não gerará despesas com publicações e elaboração de vários contratos como estava sendo praticado. Análise AUDIN: Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	RFA 03 Buscar realizar um único contrato, prevendo a entrega parcelada das refeições prontas de acordo com o quantitativo previamente informado pela administração, com vistas a evitar gastos com publicações de inúmeros contratos. Situação: Parcialmente Atendida	05/2020

Situação encontrada nº 4:

Insuficiência dos estudos preliminares da contratação com o que preceitua a Instrução Normativa MP nº 05/2017, principalmente, em relação à estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, bem como o atendimento aos demais requisitos que compõem os estudos preliminares, conforme o §1º do art. 24, conforme segue:

- §1º O documento que materializa os Estudos Preliminares deve conter, quando couber, o seguinte conteúdo:
- I- necessidade da contratação;
 - II- referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver;
 - III- requisitos da contratação;
 - IV- estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte;
 - V- levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar;
 - VI- estimativas de preços ou preços referenciais;
 - VII- descrição da solução como um todo;
 - VIII -justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para individualização do objeto;
 - IX -demonstrativo dos resultados pretendido sem termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis;
 - X -providências para adequação do ambiente do órgão;
 - XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
 - e
 - XII- declaração da viabilidade ou não da contratação.

Quadro 04: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 04 Formalizar procedimentos de elaboração dos estudos preliminares nas contratações, quando aplicável, conforme estabelece o art. 24 da IN MP nº 05/2017 ou legislação que o vier a substituir.	Os processos desse ano estão na fase de planejamento da contratação e gestão de contratos conforme a instrução normativa. Análise AUDIN: Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	RFA 04 Formalizar procedimentos de elaboração dos estudos preliminares nas contratações, quando aplicável, conforme estabelece o art. 24 da IN MP nº 05/2017 ou legislação que o vier a substituir. Situação: Parcialmente Atendida	03/2020

Situação encontrada nº 5:

- Observa-se que o Mapa de Riscos é insuficiente no levantamento de todas as situações pertinentes a contratação.

De acordo com a [IN MP nº 05/2017](#) o mapa de riscos consiste em “documento elaborado para identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos”. Segundo o art. 19 da referida IN, o procedimento da contratação possui as seguintes fases: planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão do contrato. No entanto, verificou-se a existência de apenas 2 (dois) riscos (fls.96) no Mapa de Riscos, sendo um relacionado ao planejamento da contratação e outro à gestão do contrato.

Quadro 05: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 05 Considerar no Mapa de Riscos das contratações que o Campus realizar os relacionados a planejamento das contratações, seleção do fornecedor e gestão do contrato, conforme orienta a IN MP nº 05/2017 (ou legislação que a vier a substituir). Sugere-se utilizar o documento RCA, disponibilizado pelo TCU no endereço: http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/ManualOnLine.htm como subsídio para elaborar o Mapa de Riscos da contratação.	A gestão adequará o Mapa de Riscos conforme orienta a IN MP nº 05/2017 (ou legislação que a vier a substituir). Análise AUDIN: Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	RFA 05 Considerar no Mapa de Riscos das contratações que o Campus realizar os relacionados a planejamento das contratações, seleção do fornecedor e gestão do contrato, conforme orienta a IN MP nº 05/2017 (ou legislação que a vier a substituir). Situação: Parcialmente Atendida	03/2020

2.1.2 Processo 23337.000659/2017-16

- Pregão eletrônico nº 20/2017
- Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e limpeza e conservação para o IF Baiano – Campus Governador Mangabeira

Situação encontrada nº 1:

- Mapa de riscos incompleto. Ver [“Situação encontrada nº 05”](#) do **Processo 23337.000010/2018-86**.

O gerenciamento dos riscos, previsto nos artigos 25 ao 27 da IN MPOG nº 05/2017, apresenta atividades que envolvem a identificação dos principais riscos possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, devendo, ainda, haver previsão para tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

O Mapa de Riscos da contratação não contemplou o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, conforme art. 18 da IN MP nº 05/2017. De acordo com a IN, o gerenciamento de riscos para as contratações para serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra obrigatoriamente contemplarão o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada. O Mapa de Riscos da contratação não contemplou também a Gestão do Contrato, conforme o Anexo IV – Modelo de Mapa de Riscos.

Segundo o documento RCA, disponibilizado pelo TCU (vide <http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/ManualOnLine.htm>), diversos riscos são inerentes à fase de seleção do fornecedor como: competências requeridas para a seleção do fornecedor, ausência de sistematização dos procedimentos a serem executados, prazo para ajuste na proposta após a fase de lances, verificação de condições impeditivas, licitantes não mantêm propostas após a fase de lances do pregão, transparência acerca de quando ocorrerão eventos no pregão eletrônico elementos contidos na publicidade dos atos e juízo de admissibilidade das intenções de recurso. Pode-se considerar, inclusive, no caso em análise, a necessidade de supressão de serviços contratados, considerando possíveis contingenciamentos de recursos.

Quadro 06: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
<p>RPA 06 Adequar o mapa de riscos conforme orienta a IN MP 05/2017, contemplando as orientações do art. 18 e demais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.</p>	<p>Levantar todos os riscos das contratações é um trabalho que temos melhorado com apoio do histórico da contratação e dos relatórios emitidos mensalmente pelos fiscais.</p> <p>Análise AUDIN: Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.</p>	<p>RFA 06 Adequar o mapa de riscos conforme orienta a IN MP 05/2017, contemplando as orientações do art. 18 e demais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.</p> <p>Situação: Parcialmente Atendida</p>	03/2020

Situação encontrada número 02:

- Incompletude dos Estudos preliminares da contratação em relação ao que estabelece a Instrução Normativa MP nº 05/2017:

Art. 24. Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes do Anexo III.

§ 1º O documento que materializa os Estudos Preliminares deve conter, quando couber, o seguinte conteúdo:

I - necessidade da contratação;

II - referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte;

V - levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativas de preços ou preços referenciais;

VII - descrição da solução como um todo;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individual lização do objeto;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis;

X - providências para adequação do ambiente do órgão;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes; e

XII - declaração da viabilidade ou não da contratação.

§ 2º Os Estudos Preliminares devem obrigatoriamente conter o disposto nos incisos I, IV, VI, VIII e XII do parágrafo anterior.

(Instrução Normativa MP nº 05/2017)

Embora a vigência da Instrução Normativa nº 05/2017 tenha sido recente à época deste Pregão eletrônico, é necessário que sejam observados os elementos nela contidos em relação aos estudos preliminares.

Quadro 07: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 07 Realizar análise quanto a decisão de compra de novos equipamentos, considerando as limitações da rede elétrica do Campus.	Para todas as contratações estamos adotando o estudo preliminar, mapa de riscos e documento de formalização de demanda conforme orienta a instrução normativa. Análise AUDIN Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	RFA 07 Realizar análise quanto a decisão de compra de novos equipamentos, considerando as limitações da rede elétrica do Campus. Situação: Parcialmente Atendida	03/2020

2.1.3 Processo 23337.000552/2018-59

- Pregão eletrônico 25/2018
- Objeto: registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos para os laboratórios de laticínios, cozinha, microbiologia de alimentos e físico química de alimentos do IF baiano – Campus Governador Mangabeira

Situação encontrada nº 1:

- Ausência de elementos que demonstrem que os quantitativos estimados refletem a real necessidade da aquisição, conforme determina o inciso II do § 7º do art. 15 da Lei 8.666/1993.

Apesar de ter sido demonstrada a necessidade de aquisição de materiais e equipamentos, com especificações dos materiais e equipamentos, unidade e quantidades (Memorando nº 342018/Técnico em Alimentos e Laticínios/CGE/DAP), não foi apresentada fundamentação suficiente no sentido de refletir a real necessidade do órgão, conforme determina o inciso II do § 7º do art. 15 da Lei 8.666/1993.

Observa-se que, mesmo em se tratando de licitação destinada a registro de preços deve ser apresentada fundamentação suficiente no sentido de refletir a real necessidade do órgão, conforme item 9.4.3 do Acórdão TCU nº 2161/2019 – Plenário:

9.4.3. Ausência de elementos que demonstrem que os quantitativos estimados refletem a real necessidade do órgão, conforme determina o inciso II do § 7º do art. 15 da Lei 8.666/1993, medida que deve ser adotada mesmo em licitações destinadas a registro de preços, uma vez que, no momento da elaboração das propostas, os licitantes consideram a demanda prevista no instrumento convocatório; **(Acórdão TCU nº 2161/2019 – Plenário)**

Quadro 08: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO O PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 08 Realizar análise quanto a decisão de compra de novos equipamentos, considerando as limitações da rede elétrica do Campus.	A Gestão já adotou a análise quanto a decisão de compra de novos equipamentos, considerando as limitações da rede elétrica do Campus. Análise AUDIN Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	RFA 08 Realizar análise quanto a decisão de compra de novos equipamentos, considerando as limitações da rede elétrica do Campus. Situação: Parcialmente Atendida	01/03/20

2.1.4 Processo 23337.000245/2019-59

- Pregão eletrônico 06/2019
- Objeto: registro de preços para contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta para distribuição em balcão térmico com a modalidade do tipo self service.

Situação encontrada nº 1

- Ausência de mapa de riscos e estudos preliminares, nos termos da IN MP nº 05/2017.

Embora tenha sido recomendada a necessidade de elaborar mapa de riscos e estudos preliminares pela Procuradoria Jurídica nos itens 32 e 33 do Parecer n. 00184/2019/PFIFBAIANO/PFIFBAIANO/ PGF/AGU, o Campus não elaborou mapa de riscos e estudos preliminares, nos termos da IN MP nº 05/2017.

Em “Nota Explicativa” (fls.77) o Campus justificou o não atendimento aos pontos 32 e 33 do Parecer Jurídico pelo fato de “...não se tratar de uma contratação de serviços continuados, ...”. Embora o Gestor (a) tenha declarado que os serviços de fornecimento de refeição pronta não sejam continuados, trazemos o entendimento Ministério do Planejamento:

“Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.”

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/in-servico-faq>

Grifo nosso)

De fato, entende-se que o fornecimento de refeições prontas aos alunos visa assegurar o funcionamento das atividades finalísticas do Campus, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, portanto, o serviço em questão deveria estar enquadrado como “serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra”. Mesmo assim, em que pese o Campus tenha firmado “Termo de contrato de prestação de serviços não contínuos”, a contratação deveria ter sido precedida de estudos preliminares e mapa de riscos, como orienta a IN MP nº 05/2017, pelo fato de que não há impedimento na norma que impeça o gestor, mesmo tendo firmado contrato de serviços não contínuos, de elaborar tais estudos.

Quadro 09: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 09 Elaborar mapa de riscos e estudos preliminares, nos termos da IN MP nº 05/2017, para as contratações de serviços continuados ou não continuados com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra.	Para todas as contratações estamos adotando o estudo preliminar, mapa de riscos e documento de formalização de demanda conforme orienta a instrução normativa. Análise AUDIN Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	RFA 09 Elaborar mapa de riscos e estudos preliminares, nos termos da IN MP nº 05/2017, para as contratações de serviços continuados ou não continuados com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra. Situação: Parcialmente Atendida	01/03/20

Informação

O gerenciamento dos riscos, previsto no artigo 25 a 27 da IN MPOG nº 05/2017, apresenta atividades que envolvem a identificação dos principais riscos possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, devendo, ainda, haver previsão para tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

O Mapa de riscos apresentado pela equipe apenas envolve a análise dos riscos inerentes a fase de seleção do fornecedor, devendo este mapa ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação, pelo menos:

- I - ao final da elaboração dos Estudos Preliminares;
 - II - ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico;
 - III - após a fase de Seleção do Fornecedor; e
 - IV - após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização
- (§1º, art. 26 da IN MPOG nº 05/2017)**

Situação encontrada nº 2:

- Existência de 3 (três) termos de contrato de fornecimento de refeições prontas, conforme segue:

Tabela 02: Termos de contrato pregão SRP 02/2018

Pregão SRP 01/2018				
Contratado	Nº	Objeto	Vigência	Valor
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	6	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada para distribuição em balcão térmico (tipo self service), conforme previsto no edital inicial e nos seus anexos.	06/05/2019 a 03/07/2018	R\$ 79.321,44
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	7	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada para distribuição em balcão térmico (tipo self service), conforme previsto no edital inicial e nos seus anexos.	12/07/2019 a 31/08/2019	R\$ 23.226,72
Ednei Cerqueira de Oliveira - ME	8	Contratação de serviços de fornecimento de refeição pronta e acondicionada para distribuição em balcão térmico (tipo self service), conforme previsto no edital inicial e nos seus anexos.	02/08/2019 a 31/08/2019	R\$ 34.780,02
TOTAL				R\$ 137.328,18

Fonte: COMPRASNET

Análise

Ver "[Situação encontrada nº 03](#)" referente ao Processo 23337.000010/2018-86 – Pregão SRP 01/2018.

Quadro 10: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
<p>RPA 10</p> <p>Realizar estimativa anual de quantitativo de serviço de fornecimento de refeição pronta em um único contrato, prevendo a entrega parcelada das refeições prontas de acordo com o quantitativo previamente informado pela administração, com vistas a evitar gastos com publicações de inúmeros contratos.</p>	<p>O campus inaugurará em março/2020 novo procedimento licitatório para aquisição de quentinhas e adotará efetivamente a recomendação da auditoria, realizando um contrato com valor global, da ata, contudo com entregas parceladas de acordo ao valor empenhado. Dessa maneira não gerará despesas com publicações e elaboração de vários contratos como estava sendo praticado.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Verifica-se que ainda ocorre fracionamento do contrato. (ver Contrato 17/2019, com vigência 02 a 30/set/2019)</p>	<p>RFA 10</p> <p>Realizar estimativa anual de quantitativo de serviço de fornecimento de refeição pronta em um único contrato, prevendo a entrega parcelada das refeições prontas de acordo com o quantitativo previamente informado pela administração, com vistas a evitar gastos com publicações de inúmeros contratos.</p> <p>Situação: Parcialmente Atendida</p>	05/2020

Situação encontrada nº 3:

- Foi observado no processo de contratação em questão a existência de “Relatório contrato 06/2019” (fls.250), elaborado pela fiscal do contrato, indicando aspectos pertinentes à execução do contrato. No entanto, segundo o Anexo VIII-A da IN MPOG, orienta que:

1. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V-B, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

3. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

Quadro 11: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 11 Utilizar, como subsídio ao Relatório elaborado pela fiscalização do contrato, o Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), disposto no Anexo V-B da IN MPOG 05/2017, ou o que vier a substituí-lo.	A gestão buscará capacitação para os fiscais tendo como foco a elaboração dos Relatórios e o uso do Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), disposto no Anexo V-B da IN MPOG 05/2017, ou o que vier a substituí-lo. Análise AUDIN Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.	RFA 11 Realizar estimativa anual de quantitativo de serviço de fornecimento de refeição pronta em um único contrato, prevendo a entrega parcelada das refeições prontas de acordo com o quantitativo previamente informado pela administração, com vistas a evitar gastos com publicações de inúmeros contratos. Situação: Parcialmente Atendida.	03/2020

2.1.5 Processo 23337.000442/2018-97

- Pregão eletrônico 13/2018
- Objeto: registro de preços para possível aquisição de implementos agrícolas necessários à manutenção da área de cultivo e ao desenvolvimento e expansão do ensino prático na área de agropecuária e agroindústria do Campus Governador Mangabeira

Não foram identificadas falhas ou impropriedades relevantes que pudessem comprometer a regularidade do processo.

2.1.6 Processo 23337.000577/2018-52

- Pregão eletrônico 16/2018
- Objeto: adesão a ata de registro de preços - UFRB UASG: 158092

Em referência a possibilidade de adesão a ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes:

Por se encontrar no âmbito de discricionariedade do gestor, exige justificativa específica, lastreada em estudo técnico referente especificamente ao objeto licitado e devidamente registrada no documento de planejamento da contratação, a decisão de inserir cláusula em edital prevendo a possibilidade de adesão tardia (“carona”) à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação, à luz do princípio da motivação dos atos administrativos, do art. 37, inciso XXI, da F/1988, do art. 3º da Lei 8.666/1993 e do art. 9º, inciso III, in fine, do Decreto 7.892/2013

(Acórdãos 757/2015 e 1.297/2015, ambos do Plenário).

De fato, no item 4 do Edital do pregão eletrônico nº 16/2018 da Universidade do Recôncavo da Bahia, encontra-se justificativa do órgão gerenciador para permissão de adesões à ata de registro de preços. Portanto, o edital realizado para o registro de preços admite a adesão à Ata.

Situações encontradas:

1. Declaração de serviço comum de engenharia sem assinatura.
2. Ausência do mapa de preços com indicação do preço de referência, demonstrando a vantajosidade econômica de adesão à ata.

Quadro 12: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 12 Elaborar mapa de preços, demonstrando a vantajosidade econômica de adesão à ata.	Para todas as contratações estamos adotando o estudo preliminar, mapa de riscos e documento de formalização de demanda conforme orienta a instrução normativa. Análise AUDIN Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	RFA 12 Evidenciar a adoção do mapa de preços nas contratações, demonstrando a vantajosidade econômica de adesão à ata. Situação: Parcialmente Atendida	01/03/20

2.2 Elaboração e tramitação do Plano Anual de Contratações – PAC

A Instrução Normativa ME nº 01, de 10 de janeiro de 2019, prevê em seu artigo 2º que “Cada Unidade de Administração de Serviços Gerais - UASG deverá elaborar anualmente o respectivo PAC, contendo todos os itens que pretende contratar no exercício subsequente.”

O Plano Anual de Contratações visa consolidar as contratações a serem realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, auxiliando a administração na tomada de decisão:

Com o levantamento prévio das contratações que pretende contratar ou prorrogar, passa-se a dispor de dados gerenciais que permitirão ampliar a realização de compras compartilhadas, viabilizando novas oportunidades de ganhos de escala, além de sinalizar ao mercado fornecedor as suas pretensões de modo que este se prepare adequadamente e com antecedência para participar dos certames licitatórios.

Ademais, é a partir de um calendário de licitações, construído a partir do Plano Anual de Contratações, que se obtém maior previsibilidade na gestão, primando-se pelo cumprimento de prazos e pela melhor alocação da força de trabalho.

A elaboração dos Planos Anuais de Contratações propiciará, ainda, a maximização dos resultados institucionais, a partir da melhoria da governança e da gestão das contratações, além de maior transparência e controle com a publicação dos Planos.

(Segundo o “Perguntas e Respostas” no sítio “<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/pacepgc-faq>”)

Considerando que este é o primeiro ano em que será obrigatória a elaboração do PAC, o objetivo da avaliação da equipe da AUDIN é de verificar se unidade elaborou o respectivo PAC, contendo as contratações que pretendem realizar ou prorrogar no exercício

subsequente de forma adequada as necessidades do *Campus*, assim como dos trâmites de aprovação e encaminhamento do PAC via Sistema de PGC (Planejamento e Gerenciamento de Contratações) e de sua divulgação.

O IF Baiano, através da Instrução Normativa nº 7/2019, regulamentou os procedimentos para definir o Plano Anual de Contratações (PAC)

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 11/2019, o Campus encaminhou Plano de Aquisições de 2019, onde constam bens e serviços a serem adquiridos mensalmente no exercício de 2019, conforme informado abaixo:

1. O Campus Governador Mangabeira conta com um Plano de Aquisição Anual, em anexo (ANEXO 1 - PLANO DE AQUISIÇÕES 2019), elaborado em consonância com a previsão da LOA e as demandas de desenvolvimento do Campus. O Plano de Aquisição Anual é constantemente reavaliado pela gestão e de acordo com a condição orçamentária do Campus e suas alterações, e é socializado com a Comunidade Acadêmica nas Reuniões Gerais previstas em Calendário Acadêmico ou por Convocações extraordinárias como a exemplo da Reunião Geral de 10 de julho de 2019 para traçar novas ações em função do contingenciamento de 60% do orçamento.
(Resposta Campus GMB a S.A. nº11/2019)

A aprovação e envio do PAC, nos termos do §1º do artigo 8º da citada Instrução Normativa, não ocorreu até a data limite de 30/04/2019 e, ainda que tenha havido prorrogação deste prazo, o *Campus* não evidenciou o ter concluído, ainda que se possa futuramente adaptá-lo.

Em consulta ao sítio de compras do Governo Federal, Comprasnet, não foi verificada a inclusão da UASG – Campus Governador Mangabeira na lista de PACs não enviados, portanto, conclui-se que a o Campus encaminhou o Plano Anual de Contratações (PAC) em tempo hábil.

Recomendações:

Não há.

B AVALIAÇÃO DA GESTÃO ACADÊMICA

1 OBJETIVOS

Os exames foram executados com o intuito de avaliar se o campus apresenta as condições acadêmicas exigidas para a adequada operacionalização dos cursos já ofertados pelo *Campus*. Os objetivos desta seção buscam:

- Verificar se os cursos criados, alterados ou extintos se atentam aos procedimentos definidos pelo CONSUP e se foi elaborado estudo de demanda que indicou a necessidade de abertura dos cursos ofertados, incluindo análise setorial, consulta a comunidade entre outros requisitos preliminares;
- Analisar se as cargas horarias destinadas aos cursos ofertados pelo campus, em suas diversas modalidades, estão de acordo com o Catálogo Nacional De Cursos Da Educação Profissional Tecnológica, Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, e demais normativos aplicáveis;
- Indagar a existência de matérias sem professor, com professor estranho a matéria, ou outras situações relacionadas relevantes, e respectivas justificativas;
- Observar se há estudos que identifiquem as causas de evasão e retenção, e se estes avaliam e indicam medidas que para reduzir seus efeitos;
- Observar se a Comissão Local de Assistência Estudantil – CLAE emite algum relatório anual para a avaliação da execução da Política de Assistência Estudantil, conforme determina art. 106 da Política de Assistência Estudantil (Res. CONSUP nº 01/2019); o relatório ao final do processo de seleção para o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE – (Edital nº 15/2018, inc. VI, art. 14); e o Planejamento Anual da destinação do recurso de ass. estudantil (art. 103);
- Indagar como é feita a distribuição de recursos nos programas de assistência estudantil e quais critérios vem sendo utilizados para selecionar beneficiários. Avaliar a adequação aos fins propostos.

As questões relacionadas às necessidades físicas (ex.: salas, laboratórios, insumos, etc.) para a boa prestação das aulas serão analisados na seção “D” deste relatório.

Os resultados das análises efetuadas seguem demonstrados abaixo.

2 ANÁLISES EFETUADAS E RESULTADOS OBTIDOS

2.1 Aprovação dos Planos pedagógicos dos cursos

O *Campus* Governador Mangabeira oferta 16 (dezesesseis) cursos, sendo: 3 (três) integrados ao Ensino Médio (Técnico em Informática, Técnico em Agroindústria e Técnico em Cozinha); 6 (seis) subsequentes (Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Técnico em Alimentos, Técnico em Agropecuária, Técnico em Vendas – EaD, Técnico em Secretaria Escolar – EaD, Técnico em Multimeios Didáticos - EaD), 4 (quatro) Pós Graduações (Metodologia Científica, Linguagens, Produção Textual e Estudos Culturais, Ensino de Ciências Naturais e Matemática, História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e Especialização em Educação Inclusiva) e 3 (três) cursos FIC (Atendimento ao Público, Relações Interpessoais e Libras Básico I e II) .

Todos os cursos ofertados pelo *Campus* apresentaram seus Planos Pedagógicos de Curso – PPC aprovados pelo CONSUP:

Tabela 03: Aprovação PPC's Campus Governador Mangabeira.

Curso	Resolução CONSUP	Duração
Técnico em Informática	Resolução CONSUP nº 05/2016	3-5 anos; CH: 4040h
Técnico em Agroindústria	Resolução CONSUP nº 16/2016	3-5 anos; CH: 4160h
Técnico em Cozinha - PROEJA	Resolução CONSUP nº 16/2016	3-5 anos; CH: 2760h
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Resolução Nº09 de 04 de maio de 2011	1,5-3 anos; CH: 1200h
Técnico em Alimentos	Projeto aprovado pelo CONSUP/IF BAIANO em 03/03/2015.	1,5-3 anos; CH: 1480h
Técnico em Agropecuária	Resolução CONSUP Nº04 de 2017	1,5-3 anos; CH: 1410h
Técnico em Vendas	Resolução CONSUP Nº72 de 2016	1-2 anos; CH: 800h
Técnico em Secretaria Escolar	Resolução CONSUP nº 30 de 2015	1,5-3 anos; CH: 1200h
Técnico em Multimeios Didáticos	-	1,5-3 anos; CH: 1200h
Metodologia Científica	-	2 anos; CH: 360h
Linguagens, Produção Textual e Estudos Culturais	-	2 anos; CH: 360h
Ensino de Ciências Naturais e Matemática	-	2 anos; CH: 360h
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	-	2 anos; CH: 360h

Fonte: Resposta campus Governador Mangabeira a Solicitação de Auditoria.

Além destes, existem, ainda, 3 cursos de Formação inicial e Continuada - FIC, os quais não fazem parte do escopo avaliado. Quanto aos cursos em processo de criação/aprovação, foi informado pelo *Campus* que os PPC's do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em “Especialização em Educação Inclusiva” e de Licenciatura “Licenciatura em Letras com Libras” estão em fase de elaboração.

2.2 Horas aulas Mínimas obrigatórias x Horas aulas ofertadas pelo *Campus*.

Foram analisados o quantitativo de horas planejadas para os cursos, conforme consta s em seus Planos Pedagógicos de Curso – PPC's, comparando-as ao que determina o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, a Resolução nº 06/2012 do Conselho Nacional de Educação e demais normativos aplicáveis.

Tabela 04: Carga horária praticada pelos cursos x Carga horária mínima prevista na legislação.

Curso	Hrs conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (a)	Hrs conforme Projeto Pedagógico de Curso (PPC) (b)	Saldo (b-a)
Téc. em Informática – Integrado ao EM	1200h (ensino técnico)	1233h	33 h
Téc. em Agroindústria – Integrado ao EM	1200h (ensino técnico)	1403h	203 h
Téc. em Cozinha – PROEJA – Int. ao EM	800h (ensino técnico)	1200h	400 h
Téc. em Man. e Suporte em Informática	1000h	1440h	440 h
Técnico em Alimentos	1200h	1480h	280 h
Técnico em Agropecuária	1200h	1410h	210 h
Técnico em Vendas	800h	800h	0 h
Técnico em Secretaria Escolar	1200h	1200h	0 h
Técnico em Multimeios Didáticos	1200h	1200h	0 h

Fonte: Planos Pedagógico de Cursos, Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, Resolução nº 6/2012 do Conselho Nacional de Educação e demais normativos aplicáveis.

As horas relativas a estágio supervisionado não são consideradas, conforme determina o Catalogo Nacional de Cursos Técnicos: “A carga horária destinada ao estágio profissional supervisionado, quando prevista no projeto pedagógico do curso será adicionada à carga horária mínima especificada no Catálogo”. (CNCT, 2016)

2.3 Evasão

A evasão escolar pode ser considerada um dos principais fatores que ameaçam o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) sendo inclusive recomendado pelo TCU que o Ministério da Educação (MEC) elabore plano de combate à evasão (Acórdão Nº 506/2013 – TCU – Plenário). Segundo o TCU, “*observa-se que para a avaliação da evasão faz-se necessário acompanhar não somente indicadores de evasão, mas também indicadores de retenção (atraso relativo de alunos ‘em curso’) e de conclusão (taxa de conclusão dos alunos).*”

Consultando os índices de evasão do IF Baiano e do Campus Governador mangabeira na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), verificou-se que o índice de evasão do Campus foi de 25,6% no ensino técnico em 2018, sendo que a evasão no ciclo do Campus foi de 50,48%, portanto, acima da evasão média do IF Baiano no ciclo (44,33%). Diante desse cenário, o correto

diagnóstico e tratamento das causas da evasão são extremamente importantes para melhoria desses índices.

Figura 01: Dados Ano 2018, (ano base 2017)



Figura 02: Dados Ano 2019, (ano base 2018)



De acordo com o Campus, “Para mitigar a evasão ações são adotadas pelo Campus em ações conjuntas ou isoladas da Coordenação de Assuntos Estudantis, Coordenação de Ensino, Direção Acadêmica e dos Núcleos e Coordenações subordinadas a estas”. Importante destacar a devida adequação da oferta de cursos como medida de redução da evasão, pois cursos indevidamente ofertados pelo Campus, no sentido de que estudos deficientes de demanda e inadequação em relação aos arranjos produtivos locais podem contribuir para o insucesso dos cursos e conseqüente aumento da evasão.

Considerando o rendimento médio mensal da população dos Municípios dispostos no território de identidade onde está localizado o Campus Governador Mangabeira, entende-

se que recursos da Assistência Estudantil são essenciais para a permanência e êxito dos estudantes.

Tabela 05: Dados socioeconômicos de municípios do Recôncavo Baiano

Dados socioeconômicos de Municípios do Recôncavo baiano						
DADOS/ MUNICÍPIO	Governador Mangabeira	Muritiba	Cabaceiras do Paraguaçu	São Félix	Cachoeira	Conceição de Feira
Pop. estimada (2019)	20.722	29.399	18.807	14.740	33.470	22.581
Salário médio (2017)	1,6 S.M.	1,6 S.M.	1,8 S.M.	1,8 S.M.	1,9 S.M.	1,7
Pop. ocupada (2017)	13,1%	8,4%	5,4%	9,0%	11,2%	7,8%
Percentual da pop. com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 s.m [2010]	51,60%	46,40%	56,8%	51,5%	48,6 %	47,20%
IDH Municipal (IDHM) [2010]	0,643	0,66	0,581	0,639	0,647	0,634
Esgotamento sanitário adequado [2010]	7,5%	14,60%	6%	60,10%	51,4 %	6,1 %

Fonte: IBGE

2.3.1 Concorrência e evasão por curso

Em relação a Evasão, os quadros abaixo apresentam a situação por curso do Campus.

Tabela 06: Dados evasão

TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA (DURAÇÃO: 3-5 ANOS; CH: 4040H) - INTEGRADO								
ANO	VAGAS OFERTADAS	QUANT. DE INSCRITOS	QUANT. DE INGRESSANTES	CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO			
					ATIVOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	EVAÇÃO
2016	35		36		10	20	6	56%
2017	35		28		21	7	-	25%
2018	61	80	61	1,31	41	20	-	33%
2019	43		42		32	10	-	24%
TOTAL DE ALUNOS ATIVOS							104	
TÉCNICO EM INFORMÁTICA (DURAÇÃO: 3-5 ANOS; CH: 4160H) - INTEGRADO								
ANO	VAGAS OFERTADAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE INGRESSANTES	CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO			
					ATIVOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	EVAÇÃO
2014	35		35			17	18	49%
2015	20		19		5	5	9	26%
2016	70		66		42	24		36%
2017	59		59		36	23		39%
2018	65	143	65	2,20	46	19		29%
2019	59		59		53	6		10%
TOTAL DE ALUNOS ATIVOS							182	

TÉCNICO EM COZINHA/PROEJA (DURAÇÃO: 3-5 ANOS; CH: 2760H) - INTEGRADO								
ANO	VAGAS OFERTADAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE INGRESANTES	CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO			
					ATIVOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	EVAÇÃO
2016	70		70		29	41		59%
2017	35		29		10	19		66%
2018	35	30	23	0,86	10	13		57%
2019	35		35		35			0%
TOTAL DE ALUNOS ATIVOS						84		
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA (DURAÇÃO: 1,5 - 3 ANOS; CH: 1410H) - SUBSEQUENTE								
ANO	VAGAS OFERTADAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE INGRESANTES	CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO			
					ATIVOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	EVAÇÃO
2017.1	70		66		38	28		42%
2018.1	35		35		15	20		57%
2018.2	35		35		21	14		40%
2019.1	35		38		35	3		8%
2019.2	35		24		23	1		4%
TOTAL DE ALUNOS ATIVOS						104		
TÉCNICO EM ALIMENTOS (DURAÇÃO: 1,5 - 3 ANOS; CH: 1480H) - SUBSEQUENTE								
ANO	VAGAS OFERTADAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE INGRESANTES	CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO			
					ATIVOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	EVAÇÃO
2014.1	70		69		10	42		61%
2015.1	35		35		17	10		29%
2016.1	70		68		9	44		65%
2017.1	70		68		25	43		63%
2018.1	70		71		37	34		48%
2018.2	35		35		22	13		37%
2019.1	35		37		35	2		5%
2019.2	35		20		20	-		-
TOTAL DE ALUNOS ATIVOS						139		
TÉC. EM MAN. E SUPORTE EM INFORMÁTICA (DUR.: 1,5 - 3 ANOS; CH: 1200H) - SUBSEQUENTE								
ANO	VAGAS OFERTADAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE INGRESANTES	CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO			
					ATIVOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	EVAÇÃO
2011.2	105		84		11	39	34	46%
2012.1	70		69		17	36	16	52%
2013.1	70		71		16	39	16	55%
2013.2	70		74		18	48	8	65%
2014.1	35		35		9	22	4	63%

2015.1	35		31		14	17		55%	
2017.1	70		67		33	34		51%	
2018.1	70		67		36	31		46%	
2018.2	35		37		20	17		46%	
2019.1	35		43		34	9		21%	
2019.2	35		30		30			0%	
TOTAL DE ALUNOS ATIVOS							153		
ENSINO DE CIÊNC. NATURAIS E MATEMÁTICA (DURAÇÃO 2 ANOS; CH: 360H) - PÓS-GRADUAÇÃO									
ANO	VAGAS OFERTADAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE INGRESSANTES	CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO				
					ATIVOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	EVAÇÃO	
2016	35		35		9	18	8	51%	
2019	25		25		25			0%	
TOTAL DE ALUNOS ATIVOS							34		
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA (DURAÇÃO 2 ANOS; CH: 360H)									
ANO	VAGAS OFERTADAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE INGRESSANTES	CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO				
					ATIVOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	EVAÇÃO	
2016	35		35		3	13	19	37%	
2019	25		25		25			0%	
TOTAL DE ALUNOS ATIVOS							28		
METODOLOGIA CIENTÍFICA (DURAÇÃO 2 ANOS; CH: 360H)									
ANO	VAGAS OFERTADAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE INGRESSANTES	CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO				
					ATIVOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	EVAÇÃO	
2016	35		35		1	19		54%	
2019	25		25		25			0%	
TOTAL DE ALUNOS ATIVOS							26		
LINGUAGENS, PRODUÇÃO TEXTUAL E ESTUDOS CULTURAIS (DURAÇÃO 2 ANOS; CH: 360H)									
ANO	VAGAS OFERTADAS	QUANTIDADE DE INSCRITOS	QUANTIDADE DE INGRESSANTES	CONCORRÊNCIA	SITUAÇÃO				
					ATIVOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	EVAÇÃO	
2016	35		35		1	11	23	31%	
2019	25		25		25			0%	
TOTAL DE ALUNOS ATIVOS							26		

Da análise de dados dos cursos e relação à evasão, pode-se observar que o número de alunos evadidos vem diminuindo ao longo dos anos, embora a quantidade de vagas ofertadas tenha sido reduzida, a exemplo dos cursos Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Técnico em Agroindústria, Técnico em Alimentos, Técnico em Informática, e cursos de Pós-Graduação. A conclusão e evasão no ciclo mostraram melhorias nos seus

índices, bem como o índice de eficiência acadêmica, conforme dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

Dentre as medidas adotadas pelo *Campus* para mitigar os efeitos da evasão destacam-se:

- Realizar diálogo com os estudantes para intensificar as possibilidades de fortalecimento com o ambiente acadêmico estimulando sua participação nas reuniões, palestras, seminários, oficinas e feiras extracurriculares que são oferecidos no Campus para reforçar a aprendizagem;
- Encaminhar o estudante para os programas motivacionais de monitorias voluntárias ou remuneradas, grupos de estudo, aulas de reforço individual e ou em grupo, aulão interdisciplinar de nivelamento, atendimentos individualizados e em grupo, projetos de pesquisa e extensão;
- Encaminhar o aluno para participar dos editais de assistência estudantis que oferece repasse de renda direta para ajudar no custeio da locomoção, habitação, alimentação, material acadêmico, uniforme, criança em idade de creche e permanência. Como também participação em programas de auxílio eventual para custeio de: exames médicos e odontológicos, consulta psicoterapêutica, de medicações, óculos de grau e tratamento dentário;
- Disponibilizar espaço de escuta, através da Equipe Pedagógica, onde os alunos possam expor suas dificuldades encontradas no período do curso. Suas reclamações são analisadas e encaminhadas para o profissional da área responsável, que pode ser o de enfermagem, nutrição, social, psicologia, pedagogia, docentes. A depender da demanda o aluno pode ser encaminhado para órgãos/instituições de atendimento especializado à demanda, como a exemplo o Instituto dos Cegos da Bahia que fica localizado na cidade de Salvador;
- Comunicar aos pais ou responsáveis os casos de baixa frequência e rendimento do aluno;
- Realizar reuniões de pais ou responsáveis, previstas em calendário Acadêmico e disponibilizando plantão pedagógico para que os pais possam dialogar com os professores individualmente para juntos buscarem maneiras de suprir as possíveis dificuldades daquele aluno;
- Disponibilizar almoxarifado social para distribuir materiais escolares quando requisitado pelo aluno;
- Realizar os Conselhos Diagnósticos e Prognósticos e as Reuniões Pedagógicas (previstas em Calendário Acadêmico) tendo como meta traçar ações e alinhamentos que busquem minorar os índices de evasão e retenção;
- Como meta para tentar combater a evasão justificada pela concorrência com o curso superior, a Direção Acadêmica vem amadurecendo, junto com a equipe docente, o estudo para criação e implementação de Cursos Tecnólogos e licenciaturas, como a exemplo da Licenciatura em Letras com Libras, já em processo de elaboração; Além de Cursos Tecnólogos na área de Informática e outro na área de Alimentos, visando a verticalização do ensino.

Quadro 13: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 13 Aprimorar políticas e medidas de combate à evasão, intensificando ações de identificação de potenciais alunos sujeitos a evasão, de modo a planejar e realizar ações específicas de permanência e êxito desses alunos.	A gestão reformula composição de Núcleo de Permanência e Êxito do educando para maior atuação e eficácia do mesmo. Análise AUDIN Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.	RFA 13 Aprimorar políticas e medidas de combate à evasão, intensificando ações de identificação de potenciais alunos sujeitos a evasão, de modo a planejar e realizar ações específicas de permanência e êxito desses alunos. Situação: Parcialmente Atendida	03/2020

2.4 Execução da Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, aprovada pela Resolução CONSUP nº 01, de 29 de janeiro de 2019, constitui-se de um conjunto de princípios e diretrizes norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, a permanência e o êxito do discente no seu processo formativo.

Seu principal objetivo é institucionalizar, no âmbito do IF Baiano, o desenvolvimento de programas e ações que visem a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do estudante, descrevendo esses diversos programas em seu Capítulo IV (artigo 15 e seguintes).

Também em seu bojo, a citada Política destaca diversas atribuições (art. 14) à Comissão Local de Assistência Estudantil – CLAE, comissão está composta por uma equipe multiprofissional presente em cada *Campus* do IF Baiano. Dentre essas atribuições, destacamos aqui, para efeito de análise pela equipe da AUDIN:

- II - acompanhar e avaliar os Programas, Projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Estudantil do Campus;
- IV - prestar os devidos esclarecimentos sobre os programas e ações da Assistência Estudantil;
- V - reunir-se anualmente ou quando necessário para proporem à Direção Geral sugestões para a utilização dos recursos da Assistência Estudantil;
- VI - ao final de cada processo de seleção para o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE), enviar relatório contendo as informações solicitadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis;
- VII - acompanhar aplicação dos recursos financeiros da rubrica da Assistência Estudantil;
- X - elaborar relatório anual referente à implementação dos programas e enviá-lo para a Coordenação Geral de Assistência Estudantil, com cópia para a Diretoria de Assuntos Estudantis; [...]

[Política de Assistência Estudantil](#) – IF baiano)

Quantos aos programas da Política de Assistência Estudantil que foram instituídos pelo *Campus* e os seus beneficiários, assim nos foi apresentado, resumidamente:

Quadro 14: Programas da Política de Assistência Estudantil instituídos no *Campus*.

PROGRAMA	SITUAÇÃO
PAISE	Indisponibilidade de recursos financeiros para repasse aos estudantes nas listas dos auxílios do Programa de Assistência e Inclusão Social de Estudante Os recursos destinados à assistência estudantil (Programas de auxílios) foram atingidos pelo contingenciamento. Os R\$ 50.000,00 recebidos em março foram empenhados para o pagamento do PAISE, porém ao ser solicitado o pagamento em 06 de maio fomos informados de que este havia sido devolvido ao devolvido à SETEC/MEC para serem convertidos em custeio, segundo informações passadas pela PROPLAN à direção geral do Campus, quando convocada para uma reunião em 03 de maio para o anúncio real do bloqueio e discussão sobre os cortes e despesas. Todavia este recurso ainda não retornou ao Campus, portanto, não efetuamos o pagamento dos auxílios aos alunos contemplados, apesar de todos os esforços para dar transparência e celeridade ao processo, cumprindo o cronograma e atualizando as planilhas com a frequência.
PAE	Indisponibilidade de recursos financeiros, pois a assistência estudantil foi diretamente atingida pelo contingenciamento do orçamento do Campus.
Programa de Residência Estudantil	Sem informações
Programa de Alimentação Estudantil - PNAE	Período de Análise: janeiro a julho 2017 Valor total disponibilizado: R\$ 475.957,60 Valor Utilizado: R\$ 205.331,22
PROPAC	Indisponibilidade de recursos financeiros, pois a assistência estudantil foi diretamente atingida pelo contingenciamento do orçamento do Campus.
PINCEL	Indisponibilidade de recursos financeiros, pois a assistência estudantil foi diretamente atingida pelo contingenciamento do orçamento do Campus.
Programa de Prevenção e Assistência à Saúde - PRO-SAÚDE	Apresentação dos dados tabulados do Histórico de Saúde dos Discentes Ingressantes na Jornada Pedagógica (Fevereiro 2019) Estande Projeto de Extensão #Adolescer (informações sobre Crescimento e Desenvolvimento na Adolescência) (Abril 2019) Cine Debate Dia Nacional de Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes (Maio 2019) Primeiros Socorros em Queimaduras e Treinamento de Combate ao Incêndio (Junho 2019) Serviço de Auriculoacupuntura (Abril a Julho 2019)
Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico – PROAP	Planejamento das ações para o ano letivo junto com a equipe da CAE/NAPNE; Acolhimento aos alunos novos; Atendimento individual dos estudantes e ações de atendimento coletivo nas turmas; Projeto de Intervenção na turma de 1º ano do Curso Téc. de Cozinha –PROEJA; Acompanhamento individual do desempenho acadêmico; Visitas domiciliares aos alunos infrequentes: enfermos ou desestimulados; Atendimento aos pais e/ou responsáveis para orientação dos estudos; Encaminhamento dos estudantes para atendimento de saúde na rede pública municipal; Participação em atividades educativas junto com o Pró-saúde e NAPNE.

FONTE: Campus Governador Mangabeira

Planilha 08: Distribuição de recursos financeiros do Programa PAISE 2019:

Tipo de Auxílio	Valor/mês	Nº meses	Quantidade de vagas	Total
Alimentação	R\$ -	-	-	R\$ -
Cópia e Impressão	R\$ -	-	-	R\$ -
Creche	R\$ -	-	-	R\$ -
Creche EaD*	R\$ -	-	-	R\$ -
Material acadêmico	R\$ -	-	-	R\$ -
Moradia	R\$ 350,00	12	01	R\$ 4.200,00
Transporte	R\$ 250,00	10	08	R\$ 20.000,00
Transporte EaD**	R\$ -	-	-	R\$ -
Transporte residente	R\$ 150,00	10	12	R\$ 18.000,00
Permanência	R\$ 150,00	10	30	R\$ 45.000,00
PROEJA	R\$ 200,00	10	15	R\$ 30.000,00
Uniforme	R\$ 100,00	Única	28	R\$ 2.800,00
TOTAL				R\$120.000,00

FONTE: Campus Governador Mangabeira

De acordo com as informações prestadas e reuniões com os gestores do Campus, verifica-se que, apesar da publicação do Edital PAISE 2019, os recursos financeiros para pagamento auxílios previstos no programa não foram disponibilizados, sendo a causa o “contingenciamento sofrido pelo Campus”. Apesar disso, conforme item de informação deste relatório, optou-se por remanejar o recurso da assistência para garantir o funcionamento do campus até o descontingenciamento do recurso. Para buscar mitigar esta demanda, foi solicitado remanejamento R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) do recurso via ofício nº 341/2019 - GMB-GAB/GMB-DG/RET-GAB/RET/IFBAIANO GA para contemplar parcialmente os estudantes contemplados no edital PAISE 2019.”

Diante dos fatos relatados, pode-se concluir que as bolsas ou auxílios a alunos não foram contemplados com recursos financeiros, inviabilizando, portanto, 50% do programas de assistência estudantil do IF Baiano. Apesar da falta de recursos, o Campus garantiu a alimentação dos estudantes através de recursos de custeio.

C) AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

1 OBJETIVOS

Os trabalhos executados objetivaram:

- Verificar a adequação dos controles internos, formais e/ou informais, utilizados pelo *Campus*;
- Avaliar a efetividade da execução da Política de Gestão de Riscos aprovada pelo IF Baiano e pelo *Campus*, caso existam;
- Avaliar o grau de maturidade da Gestão de Riscos do *Campus*.

Os resultados das análises efetuadas para as situações relevantes observadas seguem descritas abaixo. As recomendações da AUDIN seguem apresentadas ao final desta seção do relatório.

2 ANÁLISES EFETUADAS E RESULTADOS OBTIDOS

Durante os trabalhos em campo foram identificadas algumas fragilidades de controle e situações relevantes. Estas seguem descritas nas subseções abaixo.

2.1 Situação encontrada

- **Inexistência de controles internos formalmente estabelecidos**

Foram identificadas algumas fragilidades de controle e situações relevantes. O *Campus* não apresentou nenhum manual de procedimentos ou outro documento norteador que venha formalmente sendo utilizado pelos setores para orientar suas atividades. Todos os procedimentos são acertados junto às chefias ou em consenso do setor, buscando obedecer às exigências legais e normativas do IF Baiano. A falta de uma definição sobre sua execução gera uma aparente dependência dos servidores atualmente alocados nas suas atividades e, no caso de uma necessidade de mudança do pessoal, o novo servidor designado passa a depender que os demais lhe deixem a par das rotinas.

- **Capacitações e treinamentos**

Não há um programa de capacitação e treinamento que ocorra de forma regular e sistemática. Segundo informa a gestão do *Campus*, à falta de recursos financeiros dificulta a programação destes. Parte das capacitações que tenham importância para as atividades administrativas são promovidos pelas Pró-Reitorias e cursos online oferecidos por instituições públicas (ex.: ENAP), quando ofertados de forma gratuita, sendo indicados aos servidores que demonstrem interesse.

- **Segregação de funções**

A segregação de funções fica prejudicada por uma falta de quantitativo de pessoal que possa atender a todos os critérios de forma plena. Tal fato se intensifica nos casos de ausência (ex.: licença para capacitação, maternidade ou doença, etc.) dos titulares de cargos e funções nos setores.

A escassez de salas administrativas implica em um grande acúmulo de setores no mesmo espaço, o que prejudica o que prejudica a atuação destes. Alguns setores e/ou coordenações bem como núcleos dependem da construção e aprovação do regimento interno institucional para formalização das devidas atribuições.

- **Gestão de Riscos**

O Campus estabeleceu o Diretor Geral e o Diretor Administrativo como gestor de riscos do Campus. Indagamos a estes sobre os procedimentos de Gestão de Riscos que já vem sendo adotados e, diante das informações prestadas e da ausência de documentações formalizadas de procedimentos adotados efetivamente, avalia-se o Campus Governador Mangabeira se encontra em um nível de maturidade entre incipiente (escore 1) e esporádico (escore 2).

Tabela 09: Nível de maturidade da Gestão de Riscos

ESCORE	GESTÃO DE RISCOS
(0) Inexistente	Inexistência de processo de implementação da política de Gestão de riscos aprovada pelo CONSUP.
(1) Incipiente	Existência de processo de implementação da política de Gestão de riscos aprovada pelo CONSUP ou processo de gestão de riscos incipiente.
(2) Esporádico	Processo de gestão de riscos realizada de maneira informal e esporádica em algumas áreas relevantes para os principais objetivos/processos da Unidade.
(3) Básico	Processo de GR realizada de acordo com normas e padrões definidos em algumas áreas relevantes para os principais objetivos/processos da Unidade.
(4) Aprimorado	Processo de gestão de riscos realizada de acordo com normas e padrões definidos na maior parte das áreas relevantes para os principais objetivos/processos da Unidade.
(5) Avançado	Processo de gestão de riscos realizada de acordo com normas e padrões definidos em todas as áreas relevantes para os principais objetivos/processos da Unidade.
Adaptação: Quadro 2 do Manual de orientações técnicas da atividade de Auditoria Interna governamental do Poder Executivo Federal – CGU e Tabela 7.1 do Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos - TCU.	

Falta desenvolver o mapeamento dos riscos relevantes que possam comprometer o atingimento dos objetivos institucionais, bem como a definição de como estes riscos serão tratados (aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir), seguindo os procedimentos exigidos pelos normativos vigentes e as boas práticas de gestão.

2.2 Possíveis causas

- Ausência de mapeamento dos processos, identificação e classificação dos riscos associados; e
- Carência de servidores designados para as atividades relacionadas, e de treinamentos e capacitações.

2.3 Possíveis efeitos

- Erros e falhas na execução das diversas atividades administrativas;
- Riscos chave não monitorados e sem plano de ação;
- Riscos de fácil prevenção ignorados e tomando maiores proporções; e
- Impactos na atividade finalística do *Campus* e nos objetivos estratégicos do IF Baiano.

3 RECOMENDAÇÕES

Quadro 15: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
RPA 14 Desenvolver a Gestão de Riscos: elaborar, seguindo o que determina a legislação, normativos vigentes (exemplo: ISO 31000:2018; COSO ERM) e as boas práticas de gestão, o mapeando dos processos e riscos das áreas chave, avaliando e definindo como tratá-los.	A Gestão e servidores que atuam no administrativo participarão de Curso de capacitação para desenvolvimento da Gestão de Risco no Campus. Análise AUDIN Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.	RFA 14 Desenvolver a Gestão de Riscos: elaborar, seguindo o que determina a legislação, normativos vigentes (exemplo: ISO 31000:2018; COSO ERM) e as boas práticas de gestão, o mapeando dos processos e riscos das áreas chave, avaliando e definindo como tratá-los. Situação: Não atendida	31/08/20
RPA 15 Avaliar, objetivamente, as necessidades de recursos humanos em cada setor do <i>Campus</i> para ajuste da força de trabalho, considerando alternativas como: realocar servidores e/ou terceirizados, onde couber; capacitações e	Considerando a previsão de chegada de Novos Servidores Técnicos Administrativos, faremos (re)avaliação para (re)alocação de recursos humanos . A estruturação física dos setores está condicionada à finalização da reforma do prédio pedagógico.	RFA 15 Avaliar, objetivamente, as necessidades de recursos humanos em cada setor do <i>Campus</i> para ajuste da força de trabalho, considerando alternativas como: realocar servidores e/ou terceirizados, onde couber; capacitações e aperfeiçoamentos dos	09/03/20

<p>aperfeiçoamentos dos servidores no <i>Campus</i>. Os procedimentos devem demonstrar as reais necessidades de cada setor, de modo a garantir o pleno atendimento às atividades administrativas e respeitando as boas práticas e a gestão de riscos.</p>	<p>Análise AUDIN Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.</p>	<p>servidores no <i>Campus</i>. Os procedimentos devem demonstrar as reais necessidades de cada setor, de modo a garantir o pleno atendimento às atividades administrativas e respeitando as boas práticas e a gestão de riscos.</p> <p>Situação: Não atendida</p>	
---	---	---	--

D) AVALIAÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL

1 OBJETIVOS

Os trabalhos executados objetivaram:

- Conhecer as estruturas físicas do *Campus* e suas condições de uso, observando a existência de visíveis falhas estruturais da construção;
- Observar se os laboratórios estão adequadamente equipados com o mínimo necessário ao cumprimento dos fins didáticos propostos para cada espaço, se são providos de EPI's para cada aluno (ex.: jaleco, óculos de proteção, etc.), e se os espaços atendem as questões básicas de segurança (ex.: extintores de incêndio, luzes de emergência, rotas de fuga e ponto de encontro, lava-olhos, etc.) conforme exigências de utilização de cada ambiente e atividade;
- Observar se há itens de patrimônio sem uso, seu aparente estado de conservação, e as condições em que estão armazenados;
- Observar a existência de salas para o Atendimento Educacional Especializado – AEE e equipamentos dispostos;
- Observar espaços destinados à socialização e ao desenvolvimento físico-motor dos alunos como: os destinados às práticas esportivas (ex.: quadras poliesportivas, piscina, etc.); praça com bancos e mesas; sala de jogos; entre outros;
- Observar se há acessibilidade para os alunos com dificuldades de locomoção, visual, auditiva e demais que impliquem em necessidade de adaptações para melhor atendê-los (ex.: rampas de acesso, barras de apoio, banheiros adaptados, plataforma de elevação, identificação dos ambientes em braile, etc.);
- Indagar se há coleta seletiva de lixo e demais questões de sustentabilidade; e
- Demais questões que venham a ser observadas no transcorrer da inspeção física.

2 ANÁLISES EFETUADAS E RESULTADOS OBTIDOS

2.1 Metodologia utilizada

Foram percorridas as áreas atualmente utilizadas pelo *Campus* Governador Mangabeira, observando-se os espaços de uso comum (corredores, banheiros, refeitório, cantina, biblioteca, etc.), prédios administrativos (sala dos professores, *data-center*, almoxarifado, etc.), espaços pedagógicos (salas de aula, laboratórios, etc.), unidades produtivas de campo e demais áreas existentes. Ademais, existem áreas que estão em processo de recuperação já em andamento. Todas estas instalações foram acessadas sem restrições e os servidores que as utilizam acompanharam a equipe da AUDIN.

Quanto as estruturas sem uso, “herdadas” dos antigos proprietários da área e cedida ao *Campus*, estão em estado de abandono e quase nada foi feito em relação a manutenção ou reforma, permanecendo nas mesmas condições em que foram recebidas. Muitas destas

já se encontram tomadas pelo mato e aparentam oferecer riscos (ex.: desabamento, animais peçonhentos, etc.), carecendo de uma avaliação mais precisa da gestão do Campus. Estas não foram percorridas pela AUDIN em sua totalidade, se resumindo a inspeção de verificar apenas as que se apresentavam em condições de serem percorridas.

A auditoria realizada se utilizou de conhecimento técnicos aplicáveis, julgamento profissional, experiência adquirida em visitas a outros *campi*, análise de documentos, e registro fotográfico dos espaços observados, de modo a se evidenciar o relatado. De forma a complementar a avaliação proposta, utilizou-se de indagação aos responsáveis de cada área, como professores e técnicos que os utilizam, bem como de indagações posteriores à administração do *Campus* para os assuntos mais pertinentes.

As avaliações aqui registradas buscaram identificar situações relevantes, entretanto uma avaliação mais aprofundada exigiria uma abordagem com participação de equipe multifuncional com participação de engenheiros, técnicos de segurança do trabalho e demais profissionais relacionados, não sendo do escopo deste trabalho tal aprofundamento.

2.2 Visão Geral

Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 11/2019, o *Campus* informou possuir uma área total de 25 ha (aprox.), e perímetro de 2.188,69 m. Destas, utiliza 81.388 m² (32% do total), incluindo pastos, plantios, etc.).

Das áreas construídas (aprox. 23 mil m²), as seguintes áreas foram relacionadas: agrícola, pecuária (a ser implantada), de construção civil (prédio administrativo, salas de aula, núcleos de atendimento ao discente, biblioteca, outros), área de convivência e de floresta, entre outros. Não existem áreas atualmente em construção ou que tenha sido construída nos últimos anos. As que vem sendo utilizadas foram frutos de reformas e readequações das estruturas que já existiam quando da cessão ao campus.

O Campus informou ainda que há necessidades urgentes de novas salas e laboratórios, exigidos para atender plenamente ao que diz o Plano Pedagógico dos Cursos – PPC's ofertados, além de reformas e adequações das estruturas atualmente utilizadas. Estes foram observados durante os procedimentos de inspeção física e seguem relatados no item "2.2 Inspeção física do Campus Governador Mangabeira" desta seção.

As primeiras estruturas do Campus foram construídas ainda na época da Desenvale para abrigar funcionários que trabalharam na contração da Barragem Pedra do Cavalo, por volta da década de 70. Posteriormente, quando em 1989 passou a ser utilizado pela Polícia Militar da Bahia para abrigar o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, novas estruturas de alojamentos e prédios administrativos foram construídos. Em 2002 as atividades foram transferidas para Salvador e a área devolvida à prefeitura de Governador Mangabeira. Permaneceu sem atividades e em certo grau de abandono até que em 2011 foi cedida ao IF Baiano para abrigar o campus.

Por consequência, as situações abaixo se destacam por terem um grande impacto, afetando o funcionamento do *Campus* ou oferecendo sérios riscos operacionais e/ou a integridade dos equipamentos, bem como físicas dos usuários que utilizam ou transitam pelos locais:

- i) **Estruturas antigas:** Todas as estruturas presentes são antigas (mais de 20 anos) e muitas se encontram se uso antes mesmo da cessão de uso ao *Campus*, em 2011. Apesar do tempo de construção e falta de manutenção, estas aparentam boas condições de reaproveitamento.

A medida que vem sendo possível, e conforme estratégias e disponibilidades orçamentárias, estas vem sendo recuperadas ou reformadas, ampliando assim a área efetivamente utilizada para a execução das atividades administrativas e finalísticas do *Campus*. Entretanto, ainda há uma grande carência de salas administrativas e pedagógicas (incluindo laboratórios) dos cursos ofertados ou em processo de criação.

Apesar de todo o esforço, a maior parte da área construída concedida ao *Campus*, quando da sua constituição, ainda permanece em estado de abandono. Estas áreas se apresentam sem um isolamento adequado, sendo de fácil acesso a pessoas não autorizadas, além dos riscos de desabamento, acidentes, infestação de pragas e outros associados.

As necessidades de manutenção de estruturas com longo tempo de uso tendem a serem mais elevadas para garantir a boa operacionalidade do que em estruturas mais novas. Mesmo as estruturas que não vem sendo utilizadas e que apresentam aparente potencial de utilização e estado de conservação, devem passar por manutenção periódica e constante para assim se manterem, evitando a progressiva deterioração pela exposição as intempéries de clima, tempo, e demais agentes deteriorantes.

A participação de equipe de engenharia devidamente capacitada pode ser necessária para melhor avaliar tais situações, riscos envolvidos, e como melhor proceder para garantir a preservação destes imóveis.

- ii) **Rede Elétrica inadequada:** Um dos principais gargalos operacionais relatados pelo *campus* se refere a rede elétrica antiga que na época de construção (década de 70 e 80) atendia a demanda do local, mas, com a demanda energética de um *Campus* do porto do IF Baiano, se tornou altamente ineficiente. Tal situação impacta na constante sobre carga da rede atualmente utilizada onde diversas situações adversas ocorrem, como, por exemplo: quedas constantes de energia (chegou-se a relatar ocorrência de mais de 4 vezes no mesmo dia); riscos de queima de equipamentos; alguns pares de laboratório instalados no *campus*

não podem ser ligados ou, quando podem, tem que se desligar outros aparelhos que estejam ligados simultaneamente; a climatização por ar-condicionado fica impraticável; problemas com a logística de dados pela TI; entre outras situações associadas.

A rede elétrica disponibilizada não é adequada e não atende a toda demanda do Campus. Para tanto em 2018 contratamos a elaboração do projeto elétrico de toda a área do campus, atualmente finalizado e aprovado para execução. A instituição, através de Termo de Execução Descentralizada, foi contemplada com um valor aproximado de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para execução de parte desse projeto, aguardamos apenas liberação do recurso para início contratação da empresa para iniciar às obras.

Conforme foi apontado pela gestão do campus e pelo setor de engenharia do IF Baiano, este problema é antigo. Desde 2017 se vem buscando a solução para: construção da Rede de média tensão, cubículo(s) de medição e proteção, subestação(ões) interna(s); distribuição de energia, em baixa tensão de todas as edificações e área externa, desde a entrada de energia a cada um dos pontos de força e iluminação; toda a infraestrutura elétrica para a iluminação das áreas abertas(iluminação externa); SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas), e Levantamento Cadastral das Edificações.

- iii) **Imobilizado sem utilização e/ou mal acondicionado:** Observou-se diversas áreas do Campus com um grande acúmulo de imobilizado armazenado de forma imprópria, sujeitos a intempéries e deterioração acelerada, muitos aparentando sinais de serem inservíveis, obsoleto, e demais situações de desuso. É o caso dos itens amontoados em construções desativadas e outros em áreas com finalidades distintas, como: garagem; salas administrativas; almoxarifado; entre outras áreas. (Vide mais detalhes no item [“2.3 Inspeção física do Campus Governador Mangabeira”](#) abaixo)

Conforme foi relatado, alguns destes itens de patrimônio já se encontravam no Campus quando da época da concessão de uso da área do Campus pela Prefeitura de Governador Mangabeira. Foram deixados pelos antigos usuários e já se encontravam sem condições de uso. Não há número de tombamento ou qualquer tipo de identificação que possa ser observado.

Outros itens foram doados ao campus de outros órgãos públicos, porém muitos destes chegaram obsoletos, inservíveis, defeituosos, em péssimas condições de uso, e/ou de uso duvidoso. Há ainda alguns em boas condições, mas armazenada em áreas inapropriadas para tal fim, como garagem e almoxarifado, por exemplo.

- iv) **Carência de Laboratórios específicos:** Observa-se que há necessidade de outros laboratórios serem instalados para atender plenamente a demanda mínima

dos cursos atualmente ofertados e os que estão em processo de criação. Muitos se encontram compartilhados, onde na mesma sala funcionam 2 ou mais especialidades. Outros são improvisados dentro do possível.

Não foi apresentado um estudo formalizado com a avaliação dos custos de reestruturação dos espaços existentes ou de criação de novos para atendê-los, bem como levantamento de equipamentos demandados, nem planejamento para a execução e obtenção destes. Entretanto, o campus indica que já há alguns projetos em andamento:

Sobre a melhoria na infraestrutura do Campus, como medida de Intervenção, a Direção Geral tem buscado junto a Reitoria, Políticos e Parcerias com os Municípios de Governador Mangabeira e Muritiba investimentos necessários para o Campus na tentativa de conseguir cumprir com algumas metas estabelecidas, trabalhando no planejamento e montagem dos projetos necessários para a execução de obras e reformas para a melhoria na estrutura física do Campus como a exemplo dos Projetos da Rede Elétrica, Acessibilidade, Cobertura da quadra, Refeitório e Área de convivência que já estão finalizados, o Grupo de trabalho para a estruturação das Unidades Educativas de Campo, e o Projeto do Complexo de laboratórios que estão em andamento.

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

Apesar de já haverem projetos concluídos, o recurso orçamentário ainda não foi efetivamente disponibilizado, o que impossibilita o início das intervenções necessárias:

Fomos contemplados com um TED para execução de parte do Projeto Elétrico (aguardo parecer para início da obra); Reforma da Biblioteca (em andamento); Reforma do Pedagógico (aguardando início da obra); melhorias na copa para os servidores; reforma de prédio administrativo anexo para alocar setores (em andamento); estruturação de espaço para funcionar laboratório para atender demandas do Curso de Agropecuária (aguardando início da obra).

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

O detalhamento destas situações observadas e seus impactos em cada área do Campus percorrida seguem demonstrados nas subseções a seguir.

2.3 Inspeção física do Campus Governador Mangabeira

2.3.1 Almoxarifado, Patrimônio e Imobilizado indefinido

2.3.1.1 Almoxarifado

Espaço reservado para o armazenamento de materiais de expediente a serem utilizados no *Campus*. Apresenta bom espaço, com itens identificados e bem organizados. Foi relatado que o acesso se dá por porta com chave, apenas por pessoas autorizadas. As saídas se dão por solicitação, via sistema.

Existem itens de patrimônio (ex.: mobiliários, ventiladores, etc.) no local, sem uma devida segregação dos demais itens de expedição do almoxarifado (para maiores detalhes vide item “[2.3.1.2 Patrimônio](#)”, abaixo).

Quadro 16: Inspeção física do Campus Governador Mangabeira – Almoxarifado.

Área: Almoxarifado	
<p>Situação Observada:</p> <ul style="list-style-type: none"> Alguns itens de patrimônio armazenado no mesmo espaço do almoxarifado (Foto 03 e 05). 	<p>Comentários AUDIN:</p> <ul style="list-style-type: none"> A salvaguarda dos itens de patrimonio deve ser feita em espaço separado do almoxarifado, com acesso restrito, até que sua destinação final seja viabilizada.
<p>Foto 02: Prateleiras almoxarifado</p> 	<p>Foto 03: Imobilizado no Almoxarifado</p> 
<p>Foto 04: Almoxarifado</p> 	<p>Foto 05: Patrimonio no amoxarifado</p> 

2.3.1.2 Patrimônio e Imobilizado indefinido

A área de armazenagem do setor de Patrimônio deve ser reservada para a salvaguarda de itens de imobilizado aguardando destinação final. Não há no Campus um espaço específico para guarda destes, estando uma parte (novos ou em boas condições de uso) acondicionados no mesmo ambiente que o almoxarifado (vide item “[2.3.1.1 Almoxarifado](#)” acima).

Além destes, observou-se que há uma grande quantidade de itens de patrimônio sem uso, mal condicionados, com estado de utilização duvidoso (falta definir o que é obsoleto, inservível, recuperável, ou em boas condições), espalhados em diversas áreas do Campus:

- Almojarifado: armazena alguns itens de imobilizado (Foto 06 e 07), como ventiladores, ar-condicionado, moveis, cadeiras, prateleiras, entre outros. Segundo a Gestão do Campus, estes itens aguardam a conclusão das reformas dos espaços em que serão utilizados, como as novas salas de aula, ampliação da biblioteca, gabinetes de professores, e demais finalidades planejadas pelas estratégias.
- Garagem: existem móveis (cadeiras, mesas, etc.) e alguns equipamentos, em uma quantidade considerável, armazenados (indefinidos) em uma área reservada deste espaço (Foto 14 e 15). Se encontravam protegidos por lona preta. Ao que a gestão relatou, alguns destes foram advindos de doações. Estão aguardando a reforma de espaços que serão destinados a novas salas de aula para sua utilização. (para maiores detalhes, vide item [“2.3.9 Garagem”](#)).

Ademais, observou-se, em uma sala anexa à garagem, instrumentos musicais (uma bateria, duas guitarras, um violão, etc.) cujo o uso se mostrou indefinido alguns visivelmente necessitando de concerto e manutenção (Foto 08). Estes possuem número de tomo.

- Galpão abandonado (antigo refeitório, anterior a cessão da área ao Campus): Foram observados uma grande quantidade de itens aparentando obsolescência, inservíveis, necessitando de manutenção, e/ou de uso duvidoso (Foto 09 a 12). São objetos como: maquinas fotográficas digitais e analógicas, retroprojeter, televisão de tubo e de plasma, laptop, cadeiras danificadas, aparelhos de ar condicionado, geladeiras, filtro de água, entre uma grande variedade de outros.

A maior parte deste se encontravam sem número de tomo ou qualquer tipo de identificação. Conforme foi relatado pela gestão do campus, se tratam, em sua maioria, de itens advindos de doações de diversos órgãos (externos ao IF Baiano), outros campi e Reitoria.

- Imobilizado abandonado: As estruturas entregues ao campus, quando da cessão de uso em 2011, se encontravam com diversos item de imobilizado abandonados, aparentando obsolescência (Foto 13), a exemplo de: caldeiras de aquecimento de água, coifas, fogão, painéis industriais, diversos itens de cozinha industrial, entre outros. Estes se encontram atualmente espalhados em diversas áreas sem utilização pelo campus e não pertencem ao patrimônio legal do IF baiano.
- Existem ainda áreas do Campus cuja as dificuldades de acesso não permitiram percorrer, todas abandonadas. Não se pode afirmar se existem outros itens em estado semelhante aos relatados acima.

Não cabe a esta auditoria se aprofundar sobre a situação acima relatada, cabendo uma avaliação por equipe multifuncional, envolvendo diversos setores do IF Baiano pertinentes

e especialistas externos, caso aplicável, para melhor avaliar e auxiliar na definição das destinações a serem dadas bem como os riscos envolvidos.

Quadro 17: Inspeção física do Campus Governador Mangabeira – Patrimônio.

Área: Almozarifado	
<p>Situação Observada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Excesso de itens espalhados pelo campus cuja situação de uso, bem como de posse, permanecem indefinidas (Foto 08 a 13); • Itens com número de tomo e registro sem a adequada salvaguarda; • Itens de patrimônio sem uso espalhados pelo campus (Foto 06 a 15). 	<p>Comentários AUDIN:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O almozarifado não deve conter itens estranhos ao setor; • Todos os itens de patromonio do Campus devem estar devidamente registrado e serem avaliados quanto as reais situações de uso; • Os itens obsoletos em sem condições de uso devems ser descartado, atentando as questões legais e ambientais que possam se aplicar a cada situação.
<p>Foto 06: Imobilizado no almozarifado</p> 	<p>Foto 07: Imobilizado no almozarifado</p> 
<p>Foto 08: Imobilizado na garagem</p> 	<p>Foto 09: Imobilizado sem uso - galpão</p> 

<p>Foto 10: Imobilizado sem uso - galpão</p> 	<p>Foto 11: Imobilizado sem uso - galpão</p> 
<p>Foto 12: Imobilizado sem uso - galpão</p> 	<p>Foto 13: Imob. sem uso – cozinha antiga</p> 
<p>Foto 14: Imob. na Garagem</p> 	<p>Foto 15: Imob. na Garagem</p> 

2.3.2 Cozinha, refeitório e cantina

Foi informado que o Campus oferta lanche no início da manhã (das 7:10 às 07:40), da tarde (das 14:30 às 15:00), e da noite (das 18:20 às 19:00), contemplando os alunos das diferentes modalidades em seus respectivos turnos. O almoço é oferecido apenas aos alunos do curso Integrado, em dias de atividade integrada. Há ainda o funcionamento de uma cantina nos três turnos.

O campus não possui cozinha de grande porte que possa atender a produção das refeições ofertadas. Os alimentos servidos no almoço são fornecidos por serviço terceirizado

(produção externa), que os trazem já prontos e acondicionados em caixas térmicas (Foto 17). Há no campus uma sala onde foi instalada uma cozinha de pequeno porte para a produção dos lanches servidos aos discente (Foto 19), e uma cozinha para os terceirizados e servidores (Foto 23) com um espaço anexo para as refeições destes (Foto 24), incluindo mesas e cadeiras.

O Campus não possui cozinha para o prepara do almoço, por isso a refeição é produzida e entregue através de serviço terceirizado; Para o preparo dos lanches, o campus possui uma cozinha que possui equipamentos básicos necessários e em boas condições de uso para o correto preparo e manuseio dos alimentos, entretanto não possui tamanho adequado para o fim estabelecido. Nessa perspectiva o campus possui Projeto de construção de cozinha industrial impossibilitado de execução por falta de recurso financeiro.

(Resposta Campus GMB a S.A. nº11/2019 AUDIN/IFBAIANO)

Quanto ao refeitório, não há um espaço próprio para tal finalidade. Como medida paliativa, se utiliza de uma área aberta no prédio administrativo onde foram instaladas mesas com bancos para os alunos realizarem suas refeições. Estas se conflitam com as salas que são acessadas pelo mesmo ambiente (as mesas ficam em frente as entradas), como a Secretaria de Registros Acadêmicos, a Sala do EAD, a Direção Acadêmica, e a Coordenação de Ensino. Além de impactarem visualmente, atrapalham a movimentação de pessoas e aumenta os riscos de contaminação dos alimentos. Foi observado ainda que há circulação de animais (ex: cachorro, pássaros), o que é impróprio para o tipo de finalidade proposta ao ambiente.

O campus Governador mangabeira não possui Refeitório e a área comum utilizada para este fim não é em tamanho suficiente para atender a demanda. (...) Além do lanche, o Campus também oferta o almoço obrigatoriamente para os alunos dos cursos Integrado (em dias de atividade integrada).

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

Ao se observar um serviço de almoço, observou-se que os alimentos são servidos em esquema de “*self service*”, postos em mesas térmicas para buffet instaladas em área isolada por paredes de vidro e climatização (Foto 18). Há o controle do consumo para evitar desperdícios e excessos. Há a participação de uma nutricionista, servidora do Campus, que fiscaliza a qualidade dos alimentos e o bom condicionamento destes, bem como a presença de terceirizados da empresa responsável pela produção e distribuição, ao quais auxiliavam na logística.

Existem ainda no Campus uma cantina (foto 25) que comercializa lanches, funcionando nos 3(três turnos). Os registros fotográficos das situações relevantes acima relatadas e comentários da AUDIN seguem demonstrados abaixo:

Quadro 17: Inspeção física do Campus GMB - Cozinha, refeitório e cantina.

Área: Cozinha, refeitório e cantina	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">• Ausência de uma cozinha e área própria para o refeitório, sendo utilizado espaço aberto no prédio administrativo (Foto 16);• Ausência de banheiros ou pias para a adequada higiene antes e após as refeições (ex.: lavar mãos e hig. bucal);• Presença de animais (ex.:cachorro, passaros) na área do refeitório;• Circulação de pessoas que acessam outros ambientes.	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">• A necessidade de instalação de uma cozinha, adequadamente adaptada e equipada, para atender ao preparo dos alimentos ofertados pelo campus, bem como a de um refeitório em tamanho compatível a demanda é de conhecimento da gestão do campus, que vem buscando soluções como a reforma e manutenção de espaços disponíveis no campus e sem uso a longo tempo. Entretanto, as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo IF Baiano, como um todo, tem sido um grande obstáculo. Não obstante, há de se considerar a urgência do Campus Mangabeira providenciar tais espaços, devendo buscar incluir as soluções possíveis nas estratégias de investimentos e contratações para os próximos anos;• Tais espaços, ainda que provisórios, devem buscar se adaptar para garantir a correta higiene e asseio dos que dele se utilizam. Na falta de pias para a higiene deve-se pensar na utilização de álcool em gel ou outras medidas paliativas;• A circulação de animais deve ser evitada para se manter as questões sanitárias demandadas para tal tipo de ambiente.
Foto 16: Refeitório improvisado 	Foto 17: Refeitório improvisado 
Foto 18: Refeitório improvisado 	Foto 19: cozinha - lanches 



2.3.3 Salas de aula

O *Campus* apresenta 18 (dezoito) salas de aula, segundo apontado pela gestão “...o quantitativo de salas de aula atende à demanda de oferta de turmas por curso, entretanto (...) considerando o projeto de expansão será necessário a construção de novas salas de aula”.

Foi verificado serviço manutenção ocorrendo no prédio pedagógico objetivando viabilizar a utilização de um pavimento inteiro que estava abandonado antes mesmo da cessão ao *Campus*. Esse serviço pode vir a atender as futuras demandas por salas de aula, bem como

algumas das necessidades demais necessidades como gabinetes individuais para professores.

A maior parte das salas existentes encontram-se sem climatização, devido a necessidade de adequações na rede elétrica interna e adaptações, possuindo apenas aparelhos de ventilação. Há uma razoável quantidade de janelas para a circulação de ar.

Quadro 18: Inspeção física do Campus Governador Mangabeira – Salas de aula.

Área: Sala de aula/ ambiente	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">• Não há climatização das salas, existindo ventiladores de parede para amenizar os dias mais quentes;• Apontada necessidades de novas salas de aula para atender demandas futuras.	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">• Quanto a climatização, antes de se resolver o problema da ineficiência elétrica (vide item 2.2 – Visão geral) não se pode pensar em aparelhos de ar-condicionado ou outras soluções que necessitem equipamentos de maior demanda energética. Inclusive, para se pensar em expandir a quantidade de salas, deve-se avaliar se há disponibilidade da rede elétrica para atender qualquer carga adicional.
Foto 26: Bloco didático 	Foto 27: Identificação salas de aula 
Foto 28: Sala de aula 	Foto 29: Sala de aula 



2.3.4 Laboratórios

O campus conta com 8 (oito) salas destinadas a abrigar 12 (doze) laboratórios (algumas salas abrigam mais de um) para a realização das aulas práticas e demais usos relacionados:

- 1 laboratório de Informática
- 1 laboratório de redes
- 1 laboratório de manutenção e suporte
- 1 laboratório de eletrônica e física
- 1 laboratório de química / biologia/microbiologia

- 1 laboratório de processamento de alimentos/cozinha
- 1 laboratório de Desenho
- 1 laboratório de artes

Os laboratórios que o *Campus* possui atualmente instalados não atendem às necessidades dos cursos, conforme constam em seus Projetos Pedagógicos. Conforme relatado pela gestão e observado durante a visita, verificou-se que há necessidade de construção/adaptação de espaços, provisão de equipamentos, insumos, etc. Quanto aos problemas elétricos (vide item [2.2 Visão Geral](#)) enfrentados pelo campus, afetam não só a climatização dos laboratórios como o próprio uso de equipamentos com maior demanda energética.

O campus possui hoje 12 laboratórios que não atendem satisfatoriamente as demandas dos cursos técnicos ofertados na unidade se considerando o tamanho, falta de equipamentos, escassez de insumos, consequência direta do contingenciamento. Por falta de infraestrutura, os laboratórios de Física e Eletrônica são compartilhados, bem como os laboratórios de Química, Biologia e Microbiologia; Processamento de alimentos e Cozinha. Além das dificuldades relatadas a falta de climatização adequada e a fragilidade na rede elétrica são outros fatores negativos. É notória a urgência na estruturação, melhoria e construção dos laboratórios para atenderem as demandas dos cursos técnicos ofertados pelo campus.

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

De forma a mitigar algumas das deficiências apresentadas, o campus busca parcerias com outras instituições da região. É o caso do convenio com a UFRB.

(...) O *Campus* incentiva e apoia as visitas técnicas e busca estabelecer parcerias com instituições, como a exemplo do convênio com a UFRB para utilização de espaços para aulas práticas. Outra ação adotada pelo campus é a criação do grupo de trabalho para elaboração de Projetos dos complexos de laboratórios e área de campus/ Unidades Educativas de Campo.

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

Durante a inspeção física dos ambientes, identificaram-se diversas necessidades de adaptações estruturais e aquisições de equipamentos e insumos, além de adequações de segurança: aviso em local visível sobre manuais de utilização dos laboratórios e segurança laboratorial específica do cada ambiente, obrigatoriedade do uso de EPI's adequados a cada local (ex.: jalecos, óculos de proteção contra respingos, luvas, etc); luzes de emergência, bem como instruções de como proceder em caso de acidentes, incêndio ou demais situações adversas;

Tais ações corretivas citadas ainda não foram adotadas na prática, permanecendo, durante a inspeção física feita pela AUDIN, na configuração que vem sendo apresentada. As situações observadas mais relevantes de cada ambiente seguem descritas nas subseções abaixo.

2.3.4.1 Laboratório de Química/ Biologia/ Microbiologia

O Laboratório de Química, Biologia e Microbiologia estão instalados num mesmo espaço, aparentemente bem dimensionado (Foto 36). Possui uma bancada fixa com instalações elétricas, mobiliário, alguns equipamentos, vidraçaria e insumos armazenados em local reservado.

Observou-se a presença de dois ar-condicionado de grande porte (Foto 38), equipamentos apoiados em bancadas, armários para guarda de insumos (Foto 42) e vidraçaria (Foto 43) com acesso restrito (por chave) e bem organizados, e chuveiro de segurança (com lava olhos).

Quadro 19: Inspeção física – Laboratório de Química, Biologia e Microbiologia.

Área: Laboratório de Química, Biologia e Microbiologia	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">• Alguns equipamentos dispostos em mesa comum (Foto 39);• Não foram observados avisos orientando sobre a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individuais - EPI e Coletivos - EPC específicos, nem manuais ou outro documento com as regras de utilização dos Laboratórios fixados em local de fácil acesso e visualização.• Ausência de luzes de emergência, rota de fuga, etc.• Obstáculos na área de segurança do lava-olhos (Foto 45).	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">• Avaliar as necessidades de instalação de novas bancadas fixas que possam dar o adequado apoio aos equipamentos;• Os manuais sobre a correta utilização dos laboratórios, contendo condições de higiene e segurança específicas do ambiente, devem estar dispostos em local visível com fácil acesso;• Todas as instalações de segurança exigíveis devem estar instaladas e os EPI´s adequados disponíveis aos usuários. A correta avaliação destas necessidades deve ser feita por técnico de segurança do trabalho e demais profissionais competentes para tal;• O “lava-olhos” deve ter sua área demarcada respeitada, sem a presença de obstáculos que possam dificultar seu uso.•
Foto 36: Laboratório Química 	Foto 37: Laboratório Química – vista geral 

Foto 38: Lab. Química – ar condicionado



Foto 39: Lab. Química – pia e equipamentos



Foto 40: Lab. Química – bancada e equip.



Foto 41: Lab. Química – armário insumos



Foto 42: Lab. Química – armário insumos



Foto 43: Lab. Química – vidraria



Foto 44: Lab. Química

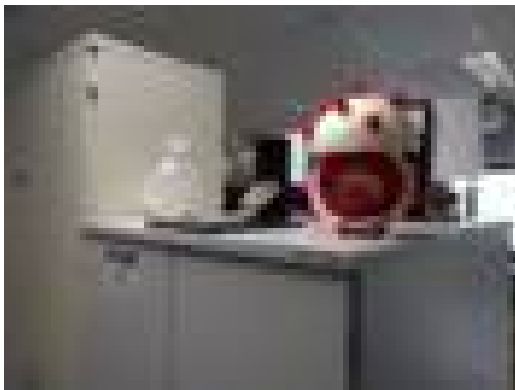


Foto 45: Lab. Química – chuveiro



2.3.4.2 Laboratório de Física e Eletrônica

O laboratório apresentava bancadas adaptadas para as aulas de eletrônica, bem como alguns equipamentos. Quanto a parte de Física, não se identificou presença de equipamentos específicos.

Quadro 20: Inspeção física - Laboratório de Física e Eletrônica.

Situação Observada:		Comentários AUDIN:	
<ul style="list-style-type: none">Ausência de equipamentos para Laboratório de Física.		<ul style="list-style-type: none">A falta de equipamentos afeta as aulas práticas que o necessitem.	
Foto 46: Lab. Física/ Eletrônica 		Foto 47: Lab. Física/ Eletrônica 	
Foto 48: Lab. Física/ Eletrônica 		Foto 49: Lab. Física/ Eletrônica 	

2.3.4.4 Laboratório de Informática

Conforme manifestou o a gestão do Campus “de março de 2018 até junho de 2019 conseguimos as seguintes melhorias: - Reestruturação dos laboratórios de Informática; - Estruturação de 1 novo laboratório de Informática; (...)”. As melhorias destes laboratórios já visam a criação de novos cursos que os utilizem.

Como meta para tentar combater a evasão justificada pela concorrência com o curso superior, a Direção Acadêmica vem amadurecendo, junto com a equipe docente, o estudo para criação e implementação de Cursos Tecnólogos e licenciaturas, como (...) Cursos Tecnólogos na área de Informática (...).

Foram observadas ambas as salas de laboratório de Informática, onde se identificou computadores funcionando, climatização, mesas de trabalho e demais itens didáticos necessários. Não se identificaram situações adversas relevantes.

Quadro 21: Inspeção física - Laboratório de Informática.

Área: Laboratório de Informática	
<p>Situação Observada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não identificadas situações relevantes a relatar. 	<p>Comentários AUDIN:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nada a destacar.
<p>Foto 50: Lab. Informatica I</p> 	<p>Foto 51: Lab. Informatica II</p> 

2.3.4.5 Laboratório de Processamento de Alimentos/ Cozinha

Espaço destinado à produção de alimentos e cozinha com fins pedagógicos. O ambiente apresenta área ampla, com presença de alguns equipamentos, utensílios, insumos (ex.: alimentos processados e a processar), outros. Se encontravam bem organizados durante a visita.

Há necessidade de adequações para funcionamento aos fins propostos e que possam oferecer a garantia da higiene e segurança alimentar, atendendo as exigências da vigilância sanitária e demais órgãos regulatórios pertinentes.

Quadro 22: Inspeção Física – Laboratório de Alimentos/ Cozinha.

Área: Lab. Processamento de Alimentos/ Cozinha	
<p>Situação Observada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de botijão de gás comum instalado dentro da área da cozinha (Foto 54); • Fogão sem coifa ou outro equipamento para exaustão. • Climatização por ventiladores de teto, os quais necessitam de limpeza; • Janelas sem tela de proteção contra insetos; 	<p>Comentários AUDIN:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A presença de botijão de gás dentro do laboratório oferece riscos de incêndio. Deve-se avaliar a utilização de gás encanado e instalado em área externa que garanta a segurança do ambiente contra incêndio e explosões; • A instalação de uma coifa pode evitar a propagação de gordura e odores pelo ambiente; • Os ventiladores de teto devem ser limpados periodicamente, de modo a evitar contaminação no ambiente;

- Faltam avisos sobre uso de EPI's, higiene pessoal e alimentar, e demais informes que possam orientar ao correto uso do laboratório sem riscos de acidentes ou contaminações;
- Necessidade de armários para guarda de utensílios.

- A instalação de telas diminui a entrada de bichos e poeira;
- Armários podem dar uma melhor organização nos utensílios de cozinha e demais armazenamentos.

Foto 52: Lab. Alimentos – Vista Geral



Foto 53: Lab. Alimentos – Vista Geral



Foto 54: Lab. Alimentos – Fogões



Foto 55: Lab. Alimentos – Aparelho sem uso

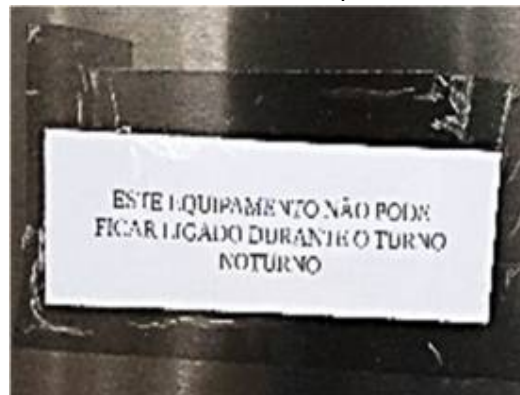


Foto 56: Lab. Alimentos - Utensílios



Foto 57: Lab. Alimentos - Equipamentos



2.3.5 Unidades Educativas de Campo

Foram observadas áreas de plantio no Campus com várias lavouras de hortaliças, algumas frutíferas, plantas medicinais, etc. Essas áreas aparentam atender as necessidades das aulas práticas e não foram reportadas situações relevantes. Para dar suporte a parte didática, foi improvisada uma sala no galpão anexo as lavouras (Foto 61) onde são feitos os preparativos para a prática. Observou-se ainda um sistema de piscicultura (Foto 63) em atividade.

As ferramentas de campo (enxada, carrinho de mão, pás, etc.) estavam guardadas em uma sala em péssimo estado de conservação (Foto 62), carecendo de manutenção, e aparentando oferecer riscos (ex.: forro do teto caindo).

Quadro 23: Inspeção física – Unidades Educativas de Campo.

Inspeção física – Unidades Educativas de Campo.	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">• Necessidade de complementar acervo de livros;• Espaço pequeno para a utilização. Necessárias mesas, baias de estudo salas de estudo coletivo, outros.	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">• Foi relatado que o espaço é pequeno para demanda. Uma ampliação, utilizando área que se encontrava abandonada anexa à biblioteca está sendo providenciada (em obra), de modo a melhor dispor o espaço (ampliar acervo bibliotecário, novas baias de estudo, área de estudo individual e coletiva, etc.).
Foto 58: Unidade produtiva - horta 	Foto 59: Unidade produtiva - estufa 



2.3.6 Biblioteca

A biblioteca é um ambiente de estudo individual e coletivo. Possui prateleiras com boa identificação dos volumes. Possui 2 (dois) computadores de mesa instalados e duas baias de estudo, além de armário para guardar volumes e um quadro de avisos. O espaço é pequeno para seu uso e está sendo ampliado (obras em andamento). Conforme informou a administração do Campus:

De março de 2018 até junho de 2019 conseguimos as seguintes melhorias: (...)
 Reforma da Biblioteca (em andamento)
 (...)

A Biblioteca está em processo de reforma e ampliação para melhor atender as necessidades básicas para seu funcionamento. Com 4.160 itens catalogados a previsão é de ampliação para 5.000 itens até final de 2019, **não possuem todos os títulos que constam no Projetos Pedagógicos dos cursos**, mas títulos disponíveis no acervo possuem quantidade suficiente para atender a demanda. O setor possui dois computadores com acesso à rede, bem como espaço estudo coletivo e individual.

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

A inspeção física efetuada na área da biblioteca identificou as seguintes situações relevantes relacionadas:

Quadro 24: Inspeção física – Biblioteca.

Área: Biblioteca	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">• Necessidade de complementar acervo de livros;• Espaço pequeno para a utilização. Necessárias mesas, baias de estudo salas de estudo coletivo, outros.	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">• Foi relatado que o espaço é pequeno para demanda. Uma ampliação, utilizando área que se encontrava abandonada anexa a biblioteca está sendo providenciada (em obra), de modo a melhor dispor o espaço (ampliar acervo bibliotecário, novas baias de estudo, área de estudo individual e coletiva, etc.).

Foto 64: Biblioteca – vista geral

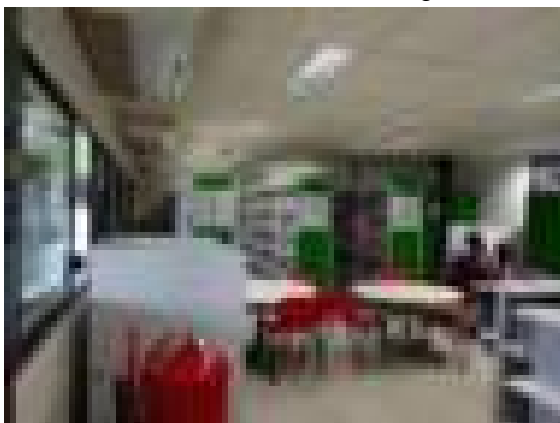


Foto 65: Biblioteca – mural



Foto 66: Biblioteca – vista geral



Foto 67: Biblioteca – atendimento



Foto 68: Biblioteca – acervo



Foto 69: Biblioteca – baias de estudo



2.3.7 Sala dos professores

A sala dos professores é o ambiente destinado aos docentes para o preparo das aulas, estudos, atendimento aos alunos e demais atividades extraclasse. Não há gabinetes para atendimento individualizado dos alunos e demais situações que o necessite.

O Campus não possui gabinetes, individuais e/ou coletivos para os docentes, disponibilizando apenas uma sala de professores de usos coletivo para os 50 docentes do campus, bem como as salas de coordenação também de uso coletivo.

Nessa perspectiva, a gestão do Campus já tem planejado, porém sem orçamento para execução, reforma de prédio pedagógico onde tem projetado salas divididas para os docentes, salas de coordenação por curso, sala de atendimento individualizado, sala de convivência.

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

Tal situação prejudica atividades dos docentes como, por exemplo, a produção de instrumentos avaliativos que devem ser desenvolvidas sem acesso dos discentes. Assim, alunos que venham a consultar docentes podem ter facilidade de acesso a tais documentos

Quadro 25: Inspeção física do Campus Governador Mangabeira – Sala dos professores

Area: Sala dos professores	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">• Área de estudo/ preparação de aulas sem mesas e computadores individuais para cada professor (Foto 71);• Não há gabinetes para atendimento individual de discentes.	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">• A ausência de um espaço próprio para cada professor preparar suas aulas, atender a alunos e realizar demais atividades, prejudica o desenvolvimento de suas atividades, principalmente as que exigem mais sigilo e concentração.

Foto 70: Sala professores



Foto 71: Sala professores



2.3.8 Prédio Administrativo

O prédio administrativo abriga a parte administrativa de diversos setores do Campus como: Gabinete, Transportes, Licitações, Almojarifado, Patrimônio, TI, Direção Acadêmica, Coordenação de Cursos, outros. A disponibilidade de salas é deficitária, o que ocasiona o compartilhamento das existentes com mais de um setor (Foto 73 e 74).

Por consequência, o tamanho de cada ambiente é inadequado para o uso que vem sendo dado, seja por questões de ergometria, risco de acidentes, sigilo de informações, segregação, climatização, entre outros. Uma avaliação mais detalhada deve envolver profissionais de Segurança do Trabalho para a correta avaliação dos riscos e adequações necessárias.

Quadro 26: Inspeção física – Prédio Administrativo

Inspeção física – Prédio Administrativo	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">• Salas compartilhadas com setores que demandam segregação e/ou sigilo de informações;• Algumas infiltrações, fiação mal protegida, escada sem antiderrapante, entre outros problemas de segurança e estrutural.	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">• As salas devem ser repensadas de modo a atender as boas práticas e a adequada segregação de setores.• Devido ao tempo de uso das instalações, as necessidades de manutenção são mais constantes. A falta de manutenção pode gerar os problemas de infiltrações e demais observados.

Foto 72: Prédio administrativo



Foto 73: Salas compartilhadas



Foto 74: Salas compartilhadas



Foto 75: Infiltração



Foto 76: Escada sem antiderrapante



Foto 77: Fiação exposta



2.3.9 Garagem

O campus utiliza um galpão em tamanho adequado para a frota que possui, porém aparenta algumas necessidades de manutenção. Neste são guardados os veículos pequenos, caminhonetes e van. Quanto ao micro-ônibus e do ônibus, devido à altura não passam pela entrada da garagem e ficam estacionados externamente a este ambiente.

Tabela 10: Relação veículos pertencentes ao Campus GMB

ITEM	VEÍCULOS	ANO FAB/MODELO
01	AMAROK VW CD 4X4 S	2014
02	VW GOL TL MC S	2014/2015
03	CHEV SPIN 1.8 MT LTZ	2014/2015
04	MARCOPOLO VOLARE W9 ON	2012/2013
05	VW SAVEIRO 1.6 CE	2012/2013
06	RENAULT MASTER EUR STDL2	2014/2015
07	ONIBUS VOLVO/MARCOPOLO PARADISO R	2014/2015

Existe ainda uma sala anexa e uma pequena construção que pode apresentar condições de uso após uma reforma. Em uma destas foi identificado alguns instrumentos musicais pertencentes ao campus, porém danificados (para maiores detalhes vide item [“2.3.1.2 Patrimônio e Imobilizado indefinido”](#))

Quadro 27: Inspeção física do *Campus* - Garagem

Área: Garagem	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">• Necessidade de manutenção das estruturas presentes e reforma da entrada para possibilitar o acesso dos ônibus pertencentes ao Campus;• Itens patrimoniais estranhos a finalidade proposta ao ambiente.•	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">• A manutenção da área pode garantir a preservação do patrimônio, além da segurança dos que frequentam o ambiente.• Os itens patrimoniais estranhos a finalidade proposta ao ambiente devem ser armazenados em local próprio.

Foto 78: Garagem - entrada



Foto 79: Garagem - entrada



Paredes sem reboco

Foto 80: Garagem - interno



Foto 81: Garagem - interno



Rachaduras e infiltrações nas paredes

Foto 82: Garagem - interno



Foto 83: Garagem – sala anexa



2.3.10 Tecnologia da Informação e *Data Center*

O setor de Tecnologia da Informação – TI possui sala própria em tamanho adequado para a quantidade de servidores alocados. O Campus conta com um link de 100Mbps, fornecidos pela RNP. Segundo apontado pela gestão “a banda contratada atende às necessidades do campus”.

As questões abaixo foram observadas:

- **Data center:** instalado na mesma sala das atividades administrativas do setor. Esta possui apenas dois aparelhos de ar-condicionado de pequeno porte. Dado o aquecimento que os equipamentos geram, ambos devem ficar ligados simultaneamente para evitar o superaquecimento. Assim, não se pode afirmar que há redundância adequada na climatização. Pede-se uma avaliação envolvendo especialistas para avaliação do tamanho do espaço, aquecimento gerado, e dimensionamento do ar condicionado adequado.
- **Cabeamento:** Foi apontado pelo responsável do setor que há uma necessidade de cabeamento estruturado e infraestrutura de rede, bem como um link de redundância, para evitar paralização em caso de queda da rede.

O que se observa é que, a esmagadora maioria dos problemas de conectividade ocorre por conta de um cabeamento inadequado dentro do campus, não possuímos backbone por fibra, nem switches de distribuição suficientes para atender de maneira satisfatória a demanda corrente;

Ocorrem interrupções do serviço de maneira esporádica, o mesmo sendo observado no tocante à lentidão ou má qualidade do acesso. Geralmente esses eventos, quando ocorrem, levam desde alguns minutos a algumas horas para serem sanados por conta da operadora. Ressaltamos novamente que, uma parte significativa dos problemas de conectividade são explicados por conta da nossa infraestrutura precária, o que estamos buscando corrigir via aquisições.

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

- **Pontos de rede fixos e wi-fi:** Foi apontado NGTI do Campus que há deficiências na quantidade de pontos de rede e a rede wi-fi existe, porém carece de melhorias para sua plena utilização.



O campus possui 4 blocos principais, a saber, Administrativo, Biblioteca e Laboratórios, NAPNE e CAE. Em todos eles, a quantidade de tomadas ethernet é insuficiente para atendimento da demanda, forçando-se a utilização de switches e cascadeamento. Este ano, foi implantada a solução Wi-Fi, que amenizou, mas não resolveu, o problema. A cobertura sem fio, apesar de presente nos blocos principais, ocorre de forma precária, pois, onde se deveria instalar dois ou mais APs conta-se somente com um (principalmente pela falta do Cabeamento Estruturado).

(...)

O acesso sem fio atende a toda a comunidade acadêmico-administrativa; o acesso se dá via autenticação WPA2-Personal, já que ainda não foi possível implantar o padrão 802.1x. Existem redes distintas para alunos e servidores.
(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

- **Backup de informações:** não ocorre com frequência diária, sendo feito mensalmente e com utilização de HD Externo, sem a devida guarda (ex.: local com acesso restrito, senha de acesso, etc.).
- **Quedas de energia elétrica:** as questões da deficiência da rede elétrica do Campus (já apontadas no item “[2.2 Visão Geral](#)”) impactam também no setor da TI. As quedas de energia podem vir a danificar equipamentos sensíveis, com risco de “queima” de aparelhos, perda de dados, e desconfigurar sistemas. Como consequência, a rede de dados pode ficar interrompida até que tais situações sejam identificadas e resolvidas.

Quadro 28: Inspeção física do *Campus* Teixeira de Freitas

Área: Data-Center/ TI	
<p>Situação Observada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de um espaço reservado ao Data Center, com acesso restrito, devidamente climatiza, com piso elevado, e demais exigências para a garantia da integridade dos equipamentos e dados; • Necessidade de melhoria do cabeamento estruturado e infraestrutura de rede; • Necessidade de um link de redundância; • Melhoria da rede wi-fi. 	<p>Comentários AUDIN:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Data-center deve ser instalado em uma sala específica, com acesso controlado, climatização com redundância, sistema de prevenção de incêndio, e demais exigências que garantam a integridade dos equipamentos, sigilo e guarda das informações e demais questões envolvidas. • A utilização da DGTI para uma avaliação sobre soluções para os problemas enfrentados (cabeamento, data-center, back-up de informações, etc). • Quanto as questões elétricas, foram abordadas no item “2.2 Visão Geral” desta secção do relatório.
<p>Foto 84: Data Center</p> 	<p>Foto 85: Data Center</p> 



2.3.11 Demais situações

2.3.11.1 Ocupação e circulação de pessoas de forma irregular em áreas afastadas do Campus.

Foi relatado ser frequente a entrada e saída de pessoas sem o devido controle. Há inclusive uma espécie de porteira improvisada na cerca que delimita a área do Campus e a rua. Em comunicação com o Gabinete da Reitoria (OFICIO 358/2019 - GMB-GAB/GMB-DG/RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 09/08/2019), o Campus relatou que ocorrem situações de insegurança como a presença de traficantes de drogas que usam os espaços mais afastados da área utilizada (instalações desativadas e “matagal”) para cometimento de atos ilícitos e criminosos.

No dia 05 de agosto do corrente ano, um dos vigilantes comunicou-nos que teve a informação da comunidade (...) uma média de seis traficantes do bairro dentro das dependências do Campus (em galpão abandonado e coberto pelo matagal). (...) De posse deste relato, mesmo sem provas da veracidade do caso, e somando-se ao fato de que **transeuntes são vistos constantemente atravessando a área do Campus por dentro dos matos**, gera-se grande sensação de insegurança para toda a comunidade acadêmica, uma vez que contamos com apenas dois postos de

vigilância desarmados no período diurno e o mesmo efetivo armado no período noturno. Somando-se ao fato de que o bairro onde está localizado o Campus é considerado perigoso e dominado pelo tráfico de drogas. (...)
(OFICIO 358/2019 - GMB-GAB/GMB-DG/RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 09/08/2019)

A recorrência dos fatos relatados, ainda que não se tenha sido apresentada documentação comprobatória, como um Boletim de Ocorrência, por exemplo, deve ser observada, sob pena de prejuízos irreparáveis a imagem do Campus como um “lugar seguro” para os discentes, docentes e demais servidores. Como solução mediadora, a gestão do campus vem buscando medidas como:

(...) Solicitar a realização da limpeza da área de campo, uma vez que com a abertura da clareira inibiremos a circulação dessas pessoas pelas áreas próximas aos prédios administrativos e de sala de aula. (...). Ainda é válido salientar que a limpeza da área também é extremamente necessária para avançarmos na organização e instalações das Unidades Educativas de Campo para atender às demandas do Curso de Agropecuária;

(...) Encaminhar este relato e nossa condição de vulnerabilidade à Polícia Federal e solicitar articulação junto à segurança local para implementação de Plano de Segurança preventiva para o Campus Governador Mangabeira. Em tempo, informamos que rotineiramente já contamos com a Ronda da Polícia Militar no Bairro e eventualmente a entrada dos mesmos nas dependências do Campus como ação inibidora da passagem dos marginais pela área.

(OFICIO 358/2019 - GMB-GAB/GMB-DG/RET-GAB/RET/IFBAIANO)

Diante do fato, buscou-se o auxílio da Polícia Federal, através do OFICIO 485/2019 - RET-GAB/RET/IFBAIANO, que se manifestou como fora de suas competências para tal, sugerindo a busca de solução junto a Polícia Militar da Bahia. No dia 06/setembro houveram novas ocorrências de situações adversas relacionadas no Campus, quando este se manifestou solicitando auxílio a PM/Ba.



(...) alguns servidores do Campus avistaram, não muito distante do prédio de sala de aulas, uma média de 15 pessoas correndo na área da mata (...) segundo relato dos vigilantes que sinalizaram essa movimentação desde cedo. (...) Toda essa situação, ainda que tratada com discrição por parte da comunidade, tem gerado uma enorme sensação de fragilidade da segurança que a Instituição oferece ao seu público, pois contamos com número insuficiente de postos de vigilância e possuímos uma área coberta por vegetação densa, o que contribui para que os bandidos utilizem o Campus como esconderijo. A limpeza do terreno ainda não foi realizada devido o contingenciamento do orçamento de custeio do Campus.

(...) Diante o exposto, solicito-lhe (...) reforço da ronda policial no bairro para que servidores e estudantes possam realizar tranquilamente suas atividades, sem a sensação constante de pânico como tem preponderado nos últimos meses.

(OFICIO 391/2019 - GMB-GAB/GMB-DG/RET/IFBAIANO)

Durante a visita ao Campus se observou em uma área mais afastada, fronteiriças com a comunidade local, atividades de pessoas transitando, animais pastando, instalação de duas quadras de futebol e um barracão, todos estranhos ao Campus. Tais situações corroboram para evidenciar que a área oferece riscos que devem ser avaliados e devidamente tratados.

Quadro 29: Inspeção física – Ocupação irregular do Campus

Situação Observada:		Comentários AUDIN:	
<ul style="list-style-type: none">• Ocupação irregular e trânsito de pessoas estranhas (Foto 90);• Presença de animais de grande porte não pertencentes ao Campus (Foto 91).		<ul style="list-style-type: none">• O Campus deve buscar manter a segurança de todas as áreas do Campus. O trânsito de pessoas não autorizadas em áreas mais afastadas das instalações físicas pode oferecer riscos diversos e as ocupações irregulares devem ser avaliadas quanto ao controle e medidas legais cabíveis para garantir a preservação do patrimônio;• Animais pastando podem invadir as áreas cultivadas do campus, onde há lavouras e o desenvolvimento projetos de pesquisa.	
Foto 90: Ocupação irregular		Foto 91: Ocupação irregular	
 A photograph showing an irregular occupation of a campus area. A tall, dark utility pole stands in the foreground, and a person is visible sitting on the ground in the background near a goalpost.		 A photograph showing a large animal, likely a cow, grazing in a grassy field. The field appears to be an irregularly occupied area of the campus.	

2.3.11.2 Instalações com sinais de abandono

Conforme descrito no item [“2.2 Visão geral”](#), desta seção do relatório, as instalações do Campus foram recebidas, quando da cessão de uso pelo Estado da Bahia, necessitando de manutenções e reformas devido ao estado de abandono em que se encontravam. Na medida das estratégias e possibilidade, estas vem sendo reformadas, como no caso do prédio pedagógico.

(...) Em toda a área do campus existem estruturas com necessidade de reparo (rachadura e fissuras, infiltrações, vazamentos, vigas expostas, ferragem desgastada etc.). As principais estruturas utilizadas ou e planejamento para utilização pela comunidade já foram sinalizadas pelo Campus à equipe de engenharia que realizou visita e avaliação orientando os reparos e a busca de soluções.

(...)



Por ser uma área com construções antigas e algumas abandonadas, no Campus há edificações interditada, condenada, em situação de desuso.

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

Apesar dos esforços, observou-se que a maior parte da área construída que cedida ao campus, quando da sua constituição, permanece com visíveis sinais de abandono, como: tomadas pelo mato e/ou com aparente risco de comprometimento estrutural (ex.: teto desabado, rachaduras, vigas metálicas bastante oxidadas, etc.). Não se identificou um isolamento adequado de nenhuma destas construções, se limitando, quando há, a uma fita de isolamento e alguma barreira com madeiras.

Não foi possível percorrer todas estas construções sem uso pelo Campus, dada as condições e riscos citados. Uma avaliação mais detalhada deve envolver profissionais capacitados (ex.: engenheiros estruturalistas), não cabendo a equipe da AUDIN aprofundá-los. Entretanto, do que foi possível observar, ficou evidente que há uma urgente necessidade de manutenção destas para preservar o estado atual em que se encontram, até sua recuperação e readequação ao uso, e evitando a deterioração acelerada e condenação de estruturas aproveitáveis.

Quadro 30: Inspeção física – instalações com sinais de abandono.

Situação Observada:		Comentários AUDIN:	
<ul style="list-style-type: none"> • Edificações em estado de abandono e/ou sem condições de uso, não isoladas, e sem manutenção periódica. 		<ul style="list-style-type: none"> • O Campus deve buscar seus meios de garantir a manutenção das estruturas presentes que lhe foram cedidas para uso. • Nos casos de estruturas que sejam avaliadas sem condições de aproveitamento, providenciar o adequado isolamento até a demolição ou demais fins cabíveis. 	
<p>Foto 92: Edificação desabada</p> 		<p>Foto 93: Edificações aparente abandono</p> 	



2.3.11.3 Instalações em manutenção

Entre as áreas que já vem sendo recuperadas/ em manutenção, observou-se a expansão da biblioteca, utilizando uma área anexa, e o segundo pavimento de um dos prédios pedagógicos.

Quadro 31: Inspeção física – instalações em reforma.

Quadro 31: Inspeção física – instalações em reforma.	
<p>Situação Observada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Áreas em manutenção e readequação para usos pedagógicos e administrativos. 	<p>Comentários AUDIN:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As manutenções devem ser concluídas e colocadas em uso o quanto antes.



2.3.11.4 Armazenamento de águas

O campus tem um sistema de captação de águas de chuva e poços que atendem boa parte da demanda, além de ligação a rede pública para a demanda restante.

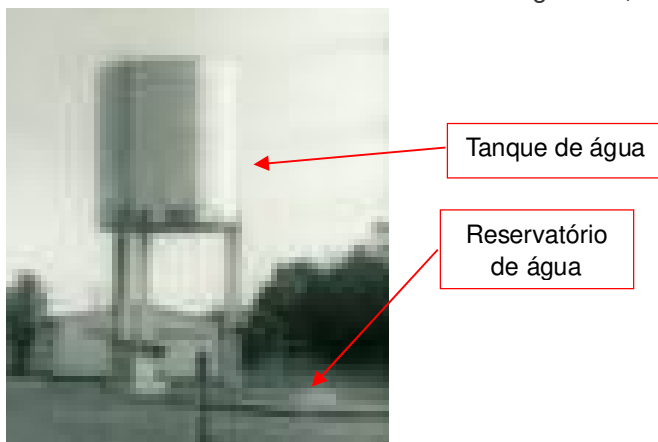
O Campus Governador Mangabeira possui rede de água e esgoto instalada em todas as áreas do Campus e um poço artesiano. Além disso, atualmente há no *campus* um reservatório (tanque) com capacidade para armazenar 180 m³ (180 mil litros), sendo que este já se encontra com pouco mais de 160 m³ de água com captação de água de chuva.

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

Observou-se que este reservatório apresenta necessidades de manutenção e sem tampa. Próximo a esta há um tanque de água de concreto armado em péssimo estado de conservação. Ambas apresentavam ferragens expostas, oferecendo riscos de

contaminação. Ao se analisar registro fotográfico do campus da década de 70, quando ainda pertencia ao DESENVALE, evidencia-se que são estruturas com mais de 30 anos de uso.

Foto 102: Alojamento de solteiros da Pedra do Cavalo : Governador Mangabeira, BA - [19--]

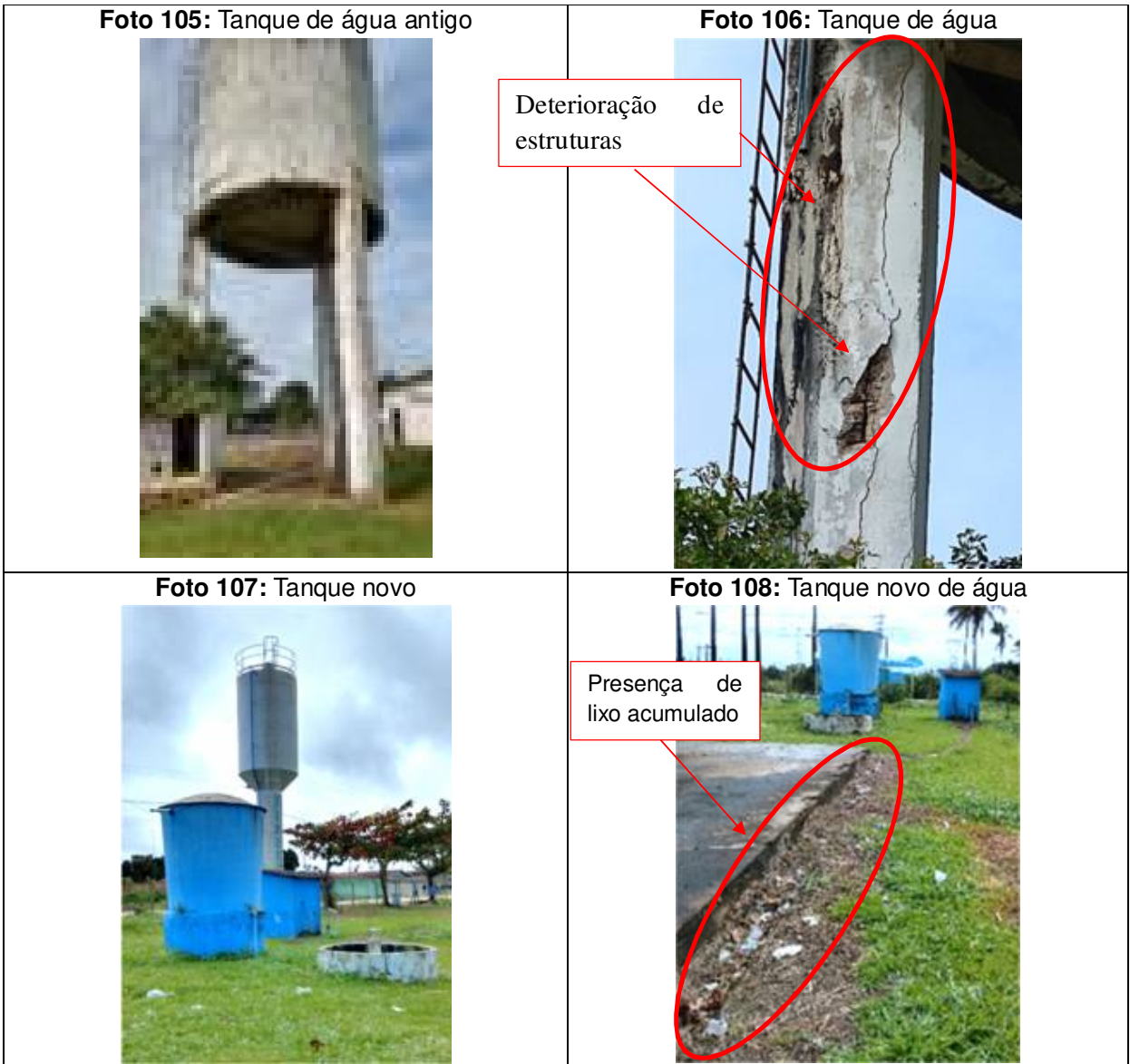


Fonte: IBGE - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/governador-mangabeira/historico>

Em 2019 foram instaladas duas caixas d´água com menor capacidade, atualmente em uso (Foto 107).

Quadro 32: Inspeção física – Armazenamento de águas

Situação Observada:	
<ul style="list-style-type: none"> • Danos visíveis, necessitando de manutenção urgente. • Aparente necessidade de isolamento de área envolta da Caixa d´água antiga e do reservatório. • Forte presença de lixo, oferecendo risco de contaminação. 	<p>Comentários AUDIN:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As manutenções devem ser avaliadas e dada providencias. • As áreas avaliadas como de risco devem ser devidamente isoladas.
<p>Foto 103: Reservatório de água</p>	<p>Foto 104: Reservatório de água</p>



2.3.11.5 Animais - semoventes

Conforme informado pela Gestão (em resposta a Solicitação de Auditoria nº11/2019), atualmente o *Campus* possui os seguintes animais:

O Campus possui 13 animais (fêmeas) da espécie bovina (13 cabeças) que estão alocadas na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), em Cruz das Almas, pois a nossa unidade não possui instalações adequadas para abrigar os animais nem servidores suficientes para cuidar dos mesmos.

(...) Os animais estão disponíveis para agendamento e utilização nas aulas práticas.
(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

Assim, há uma parceria informal entre o Campus e UFRB. Devido à falta de tempo durante a visita ao Campus, não foi possível verificar a situação destes animais *in loco*.

2.3.11.6 Áreas para atividades físicas e práticas esportivas

Existe uma quadra poliesportiva, recentemente reformada. Não há quadra coberta, inviabilizando práticas esportivas no local em épocas chuvosas. Há planos para a construção de uma quadra de vôlei de areia, entretanto o campus depende da disponibilidade orçamentária.

O Campus possui uma quadra de esporte, recém-reformada, porém sem cobertura, dificultando as aulas práticas de educação física ou os treinos de esporte nos dias chuvosos ou nos horários de sol intenso. Para tanto, o *Campus* possui projeto de cobertura de quadra, mas sem recurso para execução.

(...)

Para a higiene após atividades esportiva, os discentes utilizam os banheiros, que possui quantidade insuficiente de duchas para a demanda.

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

Quadro 33: Inspeção física – Quadras de esporte.

Área: Quadras de esporte	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">• Necessidade de cobertura da quadra para atender aos dias chuvosos;• Não há vestiários.	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">• Uma cobertura possibilita o uso da quadra mesmo em dias chuvosos, além de preservar por mais tempo;• O vestiário com espaço para chuveiros possibilita um melhor conforto (ex.: eliminação de odores do suor) dos discentes que após práticas esportivas ou aula em campo tenham outras aulas em sala.
Foto 109: Quadras esportivas	
	

2.3.11.7 Áreas de convivência

Não existe no campus uma área de socialização propriamente estabelecida.

As áreas de lazer e convivência do campus são insatisfatórias para atender a comunidade acadêmica. Para tentar suprir essa demanda, o Campus possui projeto de reforma/estruturação de área de convivência, porém sem recurso para execução.


(...)

Para sua a higiene após atividades esportiva, os discentes utilizam os banheiros, que possui quantidade insuficiente de duchas para a demanda.

(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

Observou-se que há alguns bancos em área arborizada entre os prédios pedagógicos.

Quadro 34: Inspeção física – Espaço de convivência

Inspeção física – Espaço de convivência	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">• Não há espaços de convivência e lazer.	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">• Propor áreas de convivência contribui para o desenvolvimento social dos alunos, devendo ser algo a ser buscado pelo Campus.•
Foto 110: Área de convivencia	
	

2.3.11.8 Acessibilidade e NAPNE

A acessibilidade deve ser pensada para todos os usuários que visitam o *Campus*, principalmente para os discentes portadores de deficiências. Em praticamente todos os espaços se observou obstáculos para a locomoção deste público, bem como a ausência de rampas, elevadores ou plataformas de acesso a pavimento superior, piso tátil, identificação de ambientes em braile, entre diversos outros equipamentos exigíveis para garantir a acessibilidade de todos. Como uma das poucas soluções de acessibilidade identificadas, foram adaptados banheiros para pessoas com dificuldade de locomoção (Foto 113 e 114);

O campus possui rampas de acesso e barras de apoio em algumas áreas, sendo **insatisfatórias para a circulação de pessoas com dificuldades de locomoção**.
 (...). Não há identificações de salas e direções nos corredores em braile, ou outra forma que garanta o fácil entendimento de alunos com deficiência visual;
 (...) O campus possui banheiros adaptados para pessoas com dificuldade de locomoção;
 (...) Cientes da necessidade real e legal do cumprimento das normas de acessibilidade para proporcionar a circulação de pessoas com dificuldades de locomoção, seja público interno ou externo, o Campus já tem aprovado Projeto de Acessibilidade, entretanto, sem orçamento para execução.
(Resposta Campus GMB à S.A. nº 11/2019 AUDIN/ IFBAIANO)

Quanto as salas para o acolhimento dos discentes com necessidades especiais, foi informado que “o Campus não possui Sala de Recursos Multifuncionais - SRM estruturada”. Observou-se que a sala do Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE (Foto 112) não estava equipada com aparelhos que atendam às suas demandas (ex.: impressora braile, soroban, lupa manual, etc.).

Quadro 35: Inspeção física – Acessibilidade e NAPNE.



Inspeção física – Acessibilidade e NAPNE	
<p>Situação Observada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de acessibilidade em todas as áreas do Campus, a exceção de pequenas adaptações, como as barras de apoio nos banheiros. • Sala do NAPNE com carência de equipamentos básicos. 	<p>Comentários AUDIN:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A acessibilidade deve ser garantida a todos os que frequentam o Campus. • A inclusão de alunos com necessidades especiais depende da disponibilidade de equipamentos que proporcionem as corretas adaptações para seu pleno aproveitamento das aulas.
<p>Foto 111: Ausencia piso tátil</p> 	<p>Foto 112: Sala do NAPNE</p> 

Foto 113: Banheiros Adaptados



Foto 114: Banheiros Adaptados



2.3.11.9 Sustentabilidade

Apesar de haver algumas lixeiras com indicação de destinação a coleta de lixo reciclável, são juntadas e recolhidas pela coleta comum. Não há parcerias estabelecidas com associações ou cooperativas de catadores de lixo para reciclagem.

Quadro 36: Sustentabilidade

Sustentabilidade	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">Ausência de coleta seletiva de lixo.	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">Apesar de existir lixeiras para recicláveis, estas carecem de se apresentar segregadas (papel, metal, plástico, orgânico) e as que existem, quando recolhidas, são descartados pela coleta comum. Não há nenhuma parceria com associação de catadores de lixo ou afins que realizem a reciclagem.
Foto 115: Lixeiras para recicláveis	
A photograph of a blue recycling bin with a white recycling symbol on it. The bin is standing on a floor.	

2.1.11.10 Segurança contra incêndio

O *Campus* possui extintores de incêndio em algumas áreas. Não se identificou a presença de outros equipamentos como mangueira para hidrante, *sprinklers*, etc. Não há, em local visível, quadro de orientações sobre rotas de fuga nem luzes de emergência.

Seguem comentários sobre as situações mais relevantes observadas:

Quadro 37: Inspeção física do Campus Teixeira de Freitas

Área: Segurança contra incêndio	
Situação Observada: <ul style="list-style-type: none">Ausência de outros equipamentos de incêndio, além de extintores.	Comentários AUDIN: <ul style="list-style-type: none">As proteções contra incêndio vão além dos extintores de incêndio. Pede-se uma avaliação com profissionais competentes para levantamento dos riscos de cada ambiente e equipamentos necessários para a prevenção e combate a incêndios.
Foto 116: Extintores de incêndio 	Foto 117: Extintores de incêndio 

2.3 Avaliação AUDIN

Foram identificadas situações que afetam ou oferecem riscos a operacionalidade do Campus. A rede elétrica deficitária é um dos principais gargalos operacionais, oferecendo riscos de paralização do campus, além das constantes quedas de energia oferecerem riscos de perda patrimonial (ex.: queima de equipamentos). A demanda por energia elétrica do Campus é maior que a oferta disponível, o que afeta a utilização de equipamentos nos laboratórios, aparelhos de ar-condicionado (climatização de salas), funcionamento da TI (risco de interrupções e desconfigurar equipamentos), além de riscos como o de incêndio.

Observou-se carência de novos espaços utilizáveis para atender não só as demandas pedagógicas (salas de aula, gabinetes para docentes, laboratórios, etc.), como as

administrativas (segregação de setores que atualmente dividem salas, refeitório, cozinha, etc.). As estruturas em uso e utilizáveis, após readequações e pequenas reformas, necessitam de manutenções para preservação, estando abandonadas que aparentam bom estado de conservação, se deteriorando. As construções irrecuperáveis e condenadas devem ter a destinação adequada conforme avaliação pela gestão do Campus. Todas as áreas sem uso (abandonadas) não apresentavam isolamento adequado (ex.: tapumes, avisos, fitas de isolamento, etc.).

A falta de acessibilidade compromete o trânsito de pessoas com necessidades especiais, sejam discentes, docentes, servidores, terceirizados, e público externo que frequentem ou visitem o Campus. Já a inclusão de discentes com necessidades especiais fica prejudicada pela falta de equipamentos que os atendam.

A ausência de espaço para a criação de animais e a necessidade de abrigar os existentes em local externo ao Campus, como no caso dos bovinos que são mantidos na UFRB, prejudica a oferta de aulas práticas, dependendo de visitas técnicas para suprir a demanda.

Estas questões oferecem dificuldades operacionais do campus e dos cursos ofertados, podendo impossibilitar que se ministre parte do conteúdo programado para certo componente curricular, além dos riscos mencionados aos que utilizam as instalações do *Campus*.

3 POSSÍVEIS CAUSAS

- Falta de recursos financeiros para a execução do projeto elétrico, construção dos espaços ausentes e readequações/ manutenção dos aproveitáveis, obtenção de equipamentos ausentes, e demais situações;
- Ausência de plano de implantação dos cursos que considere as condições reais de funcionamento do *Campus*;
- Carência de manutenção periódica e reparos.

4 POSSÍVEIS EFEITOS

- Espaços inexistentes ou sem estruturação adequada, mesmo após início da operacionalização dos cursos;
- Ausência de bibliografia disponível para consulta;
- Impactos na evasão dos discentes;
- Prejuízos à imagem do *Campus* e do Instituto como um todo;
- Riscos de denúncias ao Ministério Público e demais órgãos fiscalizadores;
- Riscos a continuidade dos serviços.

5 RECOMENDAÇÕES

5.1 Recomendações preliminares de Auditoria – RPA

Quadro 38: Recomendações Finais de Auditoria após Busca Conjunta de Soluções

RECOMENDAÇÃO PRELIMINAR	MANIFESTAÇÃO AUDITADO	RECOMENDAÇÃO FINAL DE AUDITORIA	PRAZO
<p>RPA 16</p> <p>Avaliar a urgência de adequação da rede elétrica e envolver a PROPLAN para definir estratégias que possam viabilizar os recursos financeiros aplicáveis para a execução do projeto.</p>	<p>Demanda parcialmente solucionada, em parceria com a Reitoria, com o empenhou para execução parte do Projeto elétrico do Campus.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Em andamento – a Empresa já está executando o serviço de subestação e distribuição externa.</p>	<p>RFA 16</p> <p>Concluir a adequação da rede elétrica, de modo a viabilizar o atendimento a toda a demanda elétrica do Campus, bem como garantir todos as questões de segurança envolvidas.</p> <p>Situação: Não atendida</p>	<p>31/12/20</p>
<p>RPA 17</p> <p>Designar comissão composta de equipe multifuncional para avaliar, junto ao setor de patrimônio (conforme competência estabelecida em Regimento Interno IF Baiano, art. 28, inciso IX) a situação de itens patrimoniais sem uso armazenados e em locais impróprios ou estranhos à finalidade proposta (ex.: almoxarifado, garagem, galpão anexo a biblioteca, etc.), dando-lhes a devida destinação de acordo com estado de conservação, utilidade e em atendimento aos procedimentos legais cabíveis. Considerar o envolvimento de setores e técnicos pertinentes (ex.: PROPLAN, Jurídico, Contabilidade, etc.).</p>	<p>Solicitaremos comissão composta de equipe multifuncional para avaliar e orientar as demandas de organização do patrimônio existente no Campus.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.</p>	<p>RFA 17</p> <p>Designar comissão composta de equipe multifuncional para avaliar, junto ao setor de patrimônio (conforme competência estabelecida em Regimento Interno IF Baiano, art. 28, inciso IX) a situação de itens patrimoniais sem uso armazenados e em locais impróprios ou estranhos à finalidade proposta (ex.: almoxarifado, garagem, galpão anexo a biblioteca, etc.), dando-lhes a devida destinação de acordo com estado de conservação, utilidade e em atendimento aos procedimentos legais cabíveis. Considerar o envolvimento de setores e técnicos pertinentes (ex.: PROPLAN, Jurídico, Contabilidade, etc.).</p> <p>Situação: Não atendida</p>	<p>09/03/20</p>

<p>RPA 18</p> <p>Avaliar junto a Engenharia do IF Baiano as necessidades de reparos das estruturas do <i>Campus</i>, principalmente em relação as não utilizadas. Verificar a criticidade, riscos envolvidos, necessidade de isolamento de áreas, e demais medidas cabíveis. Para as estruturas que forem condenadas, definir soluções aplicáveis (ex.: demolição).</p>	<p>A gestão planejará a destinação de recurso, ou buscará apoio da Reitoria, para a contratação de Engenheiro Estruturalista para emissão de laudos e soluções.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.</p>	<p>RFA 18</p> <p>Situação: Não atendida</p>	<p>06/07/20</p>
<p>RPA 19</p> <p>Buscar soluções para as salas administrativas e pedagógicas que carecem de espaços próprios, como: aproveitamento de espaços abandonados, mas em condições de reforma/ readaptação; reordenamento de salas atualmente em uso; etc. Elaborar projetos e estimavas de recursos necessários para atender e definir estratégias viáveis, envolvendo a Engenharia, PROPLAN e demais setores do IF Baiano pertinentes.</p>	<p>Considerando a previsão de chegada de novos Servidores Técnicos Administrativos, faremos (re)avaliação para (re)alocação de recursos humanos .</p> <p>A estruturação física dos setores está condicionada à finalização da reforma do prédio pedagógico.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.</p>	<p>RFA 19</p> <p>Executar as soluções apontadas para as salas administrativas e pedagógicas que carecem de espaços próprios. Elaborar projetos e estimavas de recursos necessários para atender e definir estratégias viáveis, envolvendo a Engenharia, PROPLAN e demais setores do IF Baiano pertinentes.</p> <p>Situação: Não atendida</p>	<p>06/07/20</p>
<p>RPA 20</p> <p>Projetar área para cozinha e refeitório com capacidade para atender as demandas, de modo a garantir a devida atenção às questões de</p>	<p>Recomendação em andamento com o empenho para execução da reforma da área para cozinha e refeitório com capacidade para atender as demandas.</p>	<p>RFA 20</p> <p>Projetar área para cozinha e refeitório com capacidade para atender as demandas, de modo a garantir a devida atenção às questões de segurança</p>	<p>06/2020</p>

<p>segurança alimentar, higiene e boas práticas relacionadas a tal tipo de ambiente. Elaborar plano de ação para as medidas a serem adotadas.</p>	<p>Análise AUDIN</p> <p>Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.</p>	<p>alimentar, higiene e boas práticas relacionadas a tal tipo de ambiente. Elaborar plano de ação para as medidas a serem adotadas.</p> <p>Situação: Não atendida</p>	
<p>RPA 21</p> <p>Levantar as carências de insumos e equipamentos dos laboratórios e elaborar planejamento para as aquisições (atentar para a disponibilidade elétrica e adequação de espaços antes de licitar), conforme as capacidades orçamentárias e logísticas do campus, bem como estratégias adotadas.</p> <p>Avaliar os riscos associados ao uso de cada laboratório e providenciar os EPI's em quantidade suficiente para garantir a segurança de todos os discentes e demais que utilizem dos espaços.</p> <p>Elaborar plano de ação para prover o campus dos laboratórios que se encontram ausentes nas estruturas construídas.</p>	<p>A demanda será pensada com a comunidade docente e técnicos de laboratório durante jornada pedagógica.</p> <p>A recomendação será encaminhada para o técnico em Segurança do Trabalho do campus para análise e providência.</p> <p>O campus planeja contratação de serviço de engenharia para a elaboração de projeto multidisciplinar para a elaboração do Projeto do Complexo de laboratório já desenhado pelos docentes e técnicos das áreas específicas.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.</p>	<p>RFA 21</p> <p>Levantar as carências de insumos e equipamentos dos laboratórios e elaborar planejamento para as aquisições (atentar para a disponibilidade elétrica e adequação de espaços antes de licitar), conforme as capacidades orçamentárias e logísticas do campus, bem como estratégias adotadas.</p> <p>Avaliar os riscos associados ao uso de cada laboratório e providenciar os EPI's em quantidade suficiente para garantir a segurança de todos os discentes e demais que utilizem dos espaços.</p> <p>Elaborar plano de ação para prover o campus dos laboratórios que se encontram ausentes nas estruturas construídas.</p> <p>Situação: Não atendida</p>	<p>10/2020</p>
<p>RPA 22</p> <p>Prover à biblioteca de todos os exemplares em número suficiente para atender a demanda de</p>	<p>O campus inaugurará processo licitatório, pregão eletrônico SRP, para aquisição de livros.</p>	<p>RFA 22</p> <p>Prover à biblioteca de todos os exemplares em número suficiente para atender a demanda de</p>	

<p>cada curso, conforme proposto em seus planos pedagógicos de Curso, bem como os que se mostrarem necessários.</p>	<p>Análise AUDIN Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.</p>	<p>cada curso, conforme proposto em seus planos pedagógicos de Curso, bem como os que se mostrarem necessários.</p> <p>Situação: Não atendida</p>	
<p>RPA 23</p> <p>Avaliar junto a DGTI as adaptações do espaço onde está armazenado o <i>data center</i> ou a mudança para outro ambiente que melhor atenda as exigências institucionais, normativas e boas práticas relacionadas, de modo a garantir a integridade de informações estratégicas do <i>Campus</i> e evitar prejuízos materiais. Atentar aos riscos aos usuários, operacionalidade dos equipamentos, e segurança da informação, observando a correta climatização, controle e prevenção de incêndio, e demais questões envolvidas.</p>	<p>A estruturação física dos setores está condicionada à finalização da reforma do prédio pedagógico.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Recebemos do Campus fotos do andamento da obra. Até conclusão deste relatório ainda não havia sido concluída. Aguardamos a finalização e instalação dos equipamentos para nova avaliação.</p>	<p>RFA 23</p> <p>Avaliar junto a DGTI as adaptações do espaço onde está armazenado o <i>data center</i> ou a mudança para outro ambiente que melhor atenda as exigências institucionais, normativas e boas práticas relacionadas, de modo a garantir a integridade de informações estratégicas do <i>Campus</i> e evitar prejuízos materiais. Atentar aos riscos aos usuários, operacionalidade dos equipamentos, e segurança da informação, observando a correta climatização, controle e prevenção de incêndio, e demais questões envolvidas.</p> <p>Situação: Parcialmente tendida</p>	06/07/20
<p>RPA 24</p> <p>Avaliar as intenções de uso das áreas do campus com ocupação e uso ilegal, e buscar soluções, como: notificar proprietários de animais pastando estranhos aos Campus e de construções ilegais; envolver o governo do Estado e Prefeitura local para destinar uso</p>	<p>A Gestão buscará apoio de equipe multidisciplinar e Jurídica da Reitoria para Atendimento à recomendação.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos</p>	<p>RFA 24</p> <p>Avaliar as intenções de uso das áreas do campus com ocupação e uso ilegal, e buscar soluções. Envolver o Departamento Jurídico do IF Baiano e demais setores, no que for pertinente.</p> <p>Situação: Não atendida</p>	04/2020

<p>público; desmembramento de área e devolução; etc. Envolver o Departamento Jurídico do IF Baiano e demais setores, no que for pertinente.</p>	<p>adotados para nova análise.</p>		
<p>RPA 25</p> <p>Adquirir os equipamentos exigíveis para o atendimento do NAPNE.</p>	<p>Considerando a previsão orçamentária do campus, a gestão tentará buscar recursos extra para atendimento à recomendação.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.</p>	<p>RFA 25</p> <p>Adquirir os equipamentos exigíveis para o atendimento do NAPNE Situação: Não atendida</p>	<p>04/2020</p>
<p>RPA 26</p> <p>Avaliar às necessidades de adaptações para garantir a acessibilidade (ex.: rampas, piso tátil, identificação de locais em braile, alertas sonoros, etc) de todos os transeuntes do campus que as utilize. Estas devem atender ao público interno do Campus e os que o venham a transitar eventualmente (discentes de outros <i>campi</i>, pais de alunos, comunidade externa, possíveis futuros alunos, etc.), de modo que esteja bem preparado para ser acessível a qualquer pessoa, viabilizando a inclusão de todos, no que for viável.</p>	<p>Considerando que o Campus possui o Projeto de Arquitetônico, a Gestão buscará, com apoio da Reitoria, recurso externo para a execução do projeto e atendimento à recomendação.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.</p>	<p>RFA 26</p> <p>Avaliar às necessidades de adaptações para garantir a acessibilidade (ex.: rampas, piso tátil, identificação de locais em braile, alertas sonoros, etc) de todos os transeuntes do campus que as utilize.</p> <p>Situação: Não atendida</p>	<p>04/2020</p>

<p>RPA 27</p> <p>Planejar e estruturar áreas estratégicas para a socialização, lazer, integração e desenvolvimento dos alunos (ex.: sala de jogos, mesas com cadeiras em lugar abrigado, etc).</p>	<p>Recomendação em andamento com o empenho para execução da reforma da área para de convivência e salão de jogos para os discentes.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Verificamos através das fotos apresentadas que a obra está em andamento. Aguardamos a conclusão e instalação dos equipamentos necessários para nova avaliação.</p>	<p>RFA 27</p> <p>Concluir as obras de áreas estratégicas para a socialização, lazer, integração e desenvolvimento dos alunos.</p>	<p>06/2020</p>
<p>RPA 28</p> <p>Buscar parcerias com associações de catadores de lixo ou outras que efetuem a coleta seletiva de lixo reciclável.</p>	<p>A gestão designará Comissão para atendimento e acompanhamento desta ação.</p> <p>Análise AUDIN</p> <p>Aguardando ação da gestão, com envio de evidências dos procedimentos adotados para nova análise.</p>	<p>RFA 28</p> <p>Encontrar soluções viáveis para a coleta seletiva de lixo reciclável.</p>	<p>04/2020</p>

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos exames finais realizados, foram identificadas 28 (vinte e oito) situações que necessitam de ações diversas. Estas que podem impactar em dificuldades operacionais ou riscos críticos ao bom funcionamento e imagem do Campus.

Questões relacionadas a antiguidade das estruturas físicas e o estado de abandono de algumas áreas construídas, que já se encontravam presentes quando da cessão ao IF Baiano, impactam em um alto custo com a manutenção ou recuperação destas para seu bom uso. O Campus vem buscando ampliar sua área utilizável, como no caso da recuperação/readaptação dos prédios atualmente utilizados para as atividades pedagógicas e administrativas (ex.: refeitório, cozinha de maior porte, salas de aula, laboratórios, salas administrativas, etc.). Há uma forte necessidade de readequar novos espaços para atender a todas as demandas.

A questão da matriz energética deficitária e com constantes ocorrências de “quedas” de energia, principalmente quando da utilização de alguns aparelhos simultaneamente, oferece um gargalo operacional preocupante. Se por um lado não demonstra atender a demanda de todos os equipamentos atualmente presentes, quando se pensa em expandir as áreas utilizáveis, este risco operacional se torna.

A falta de segurança em áreas de matagal se destacam pelo recorrente relato de atividades criminosas ocorridas dentro da área do Campus. O clima de insegurança prejudica a imagem do IF Baiano.

Observou-se uma fragilidade de controles internos e nas segregações de funções, podendo impactar em falhas na execução de seus serviços demandados. Diversos setores alertaram para a escassez de pessoal e falta de treinamentos para o desempenho das funções. Tais afirmações necessitam de mais estudos envolvendo a Diretoria Geral de Pessoas – DGP, chefias e demais gestores pertinentes, de modo a avaliar a situação e encontrar soluções que atendam tais necessidades e dentro da realidade financeira atualmente enfrentada.

As dificuldades orçamentárias sofridas pelo IF Baiano em 2019 se apresentaram com um dos principais empecilhos para soluções definitivas das situações apontadas. Pensar estrategicamente nas definições de prioridades e reais disponibilidades financeiras, de modo a solucionar as situações mais drásticas ou, ao menos, adotar medidas mitigatórias e soluções criativas que possam garantir a não paralização, ainda que parcial, do Campus.

As recomendações neste relatório buscam contribuir para a melhoria da gestão operacional do *Campus* em seus aspectos financeiros, acadêmicos, administrativo e estrutural, visando garantir a missão institucional do IF Baiano. Assim sendo, solicita-se a devida atenção pela gestão do *Campus* Governador Mangabeira para as recomendações apresentadas, conforme acordado na Busca Conjunta de Soluções e alinhadas com os gestores

responsáveis. Tais ações contam no Plano Permanente de Providencias da AUDIN, as quais seguem monitoradas até seu devido atendimento.

Salvador, 11 de fevereiro de 2020.

João Vitor Miranda de Menezes
Coordenador/AUDIN

Guilherme Principe de Oliveira Galheigo
Auditor/AUDIN

Documento Digitalizado Público

Relatório FINAL de Auditoria nº01/2020

Assunto: Relatório FINAL de Auditoria nº01/2020

Assinado por: Vitor Menezes

Tipo do Documento: Relatório

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do

Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:


- **Joao Vitor Miranda de Menezes, CHEFE - FGI - OA-AUDIN**, em 12/02/2020 11:16:38.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/02/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 44572

Código de Autenticação: e129c736fd



	REUNIÃO DE BUSCA CONJUNTA DE SOLUÇÕES – RBCS		Plan AUDIN – 04
			Revisão n° 00
	Elaborado por: João Vitor Menezes		07/02/20
			Publicado em: jan 2020
			Responsabilidade: AUDIN IF Baiano

Unidade: **CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA****RECOMENDAÇÕES PRELIMINAR DE AUDITORIA - RPA's**

RPA n°	Recomendação Preliminar de Auditoria – RPA	Resumo da manifestação do Gestor	Data última manifestação de Gestor	Resumo da Análise da AUDIN quanto a manifestação do gestor	Situação	Resultado reunião de busca conjunta de soluções* (estratégia de implementação)	Prazo para implementação
1	Parcelamento de serviço de entrega de refeições prontas: Revisar procedimentos licitatórios atentando para a justificativa da necessidade de parcelamento do fornecimento do objeto, quando aplicável, conforme estabelecido no art. 3º, II do Decreto nº 7.892/2013 e jurisprudência do TCU, ou legislação que as vier a substituí-las. Verificar o atendimento às recomendações da Procuradoria Federal junto ao IF Baiano, embora o parecer desta tenha caráter opinativo.	O campus revisará procedimentos licitatórios para atendimento às recomendações.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/05/2020
2	Ausência de memória de cálculo para definição do quantitativo de refeições prontas a ser adquirido pelo Campus: Aprimorar a metodologia de previsão do quantitativo de refeições prontas a ser adquirido, considerando informações mais consistentes como: o número de alunos a ser atendido de acordo com o quantitativo histórico de consumo, previsão de novos (ou descontinuidade) de cursos e turmas, e/ou demais metodologias que se julgue cabível.	Reavaliaremos e implementaremos nova(s) metodologias que garantam melhor planejamento e previsão do fornecimento de refeições.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/05/2020
3	Existência de 9 (nove) termos de contrato para o objeto "fornecimento de refeições Prontas": Buscar realizar um único contrato, prevendo a entrega parcelada das refeições prontas de acordo com o quantitativo previamente informado pela administração, com vistas a evitar gastos com publicações de inúmeros contratos.	O campus já adotou tal recomendação.	28/11/19	Verifica-se que ainda ocorre fracionamento do contrato. (ver RPA 10)	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/05/2020
4	Insuficiência dos estudos preliminares da contratação com o que preceitua a Instrução Normativa MP nº 05/2017: Formalizar procedimentos de elaboração dos estudos preliminares nas contratações, quando aplicável, conforme estabelece o art. 24 da IN MP nº 05/2017 ou legislação que o vier a substituir.	A gestão formalizar procedimentos de elaboração dos estudos preliminares nas contratações, quando aplicável, conforme estabelece o art. 24 da IN MP nº 05/2017 ou legislação que o vier a substituir.	28/11/19	Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/03/20

5	Mapa de Riscos insuficiente quanto ao levantamento de todas as situações pertinentes a Contratação: Considerar no Mapa de Riscos das contratações que o Campus realizar planejamento das contratações, seleção do fornecedor e gestão do contrato, conforme orienta a IN MP nº 05/2017 (ou legislação que a vier a substituir). Sugere-se utilizar o documento RCA, disponibilizado pelo TCU como subsídio para elaborar o Mapa de Riscos da contratação.	A gestão adequará o Mapa de Riscos conforme orienta a IN MP nº 05/2017 (ou legislação que a vier a substituir).	28/11/19	Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/03/20
6	Mapa de riscos incompleto: Adequar o mapa de riscos conforme orienta a IN MP 05/2017, contemplando as orientações do art. 18 e demais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.	A gestão adequará o Mapa de Riscos conforme orienta a IN MP nº 05/2017 (ou legislação que a vier a substituir).	28/11/19	Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/03/20
7	Adotar formalmente procedimentos de estudos preliminares da contratação, quando aplicável, conforme o art. 24 da IN MP nº 05/2017.	A Gestão formalizara procedimentos de elaboração dos estudos preliminares nas contratações, quando aplicável, conforme estabelece o art. 24 da IN MP nº 05/2017 ou legislação que o vier a substituir.	28/11/19	Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/03/20
8	Realizar análise quanto a decisão de compra de novos equipamentos, considerando as limitações da rede elétrica do Campus.	A Gestão já adotou a análise quanto a decisão de compra de novos equipamentos, considerando as limitações da rede elétrica do Campus.	28/11/19	Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/03/20
9	Elaborar mapa de riscos e estudos preliminares, nos termos da IN MP nº 05/2017, para as contratações de serviços continuados ou não continuados com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra.	A gestão adotará a elaboração de mapa de riscos e estudos preliminares, nos termos da IN MP nº 05/2017.	28/11/19	Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/03/20
10	Existência de 3 (três) termos de contrato de fornecimento de refeições prontas.	Reavaliaremos e implementaremos nova(s) metodologias que garantam melhor planejamento e previsão do fornecimento de refeições.	28/11/19	Verifica-se que ainda ocorre fracionamento do contrato. (ver Contrato 17/2019, com vigência 02 a 30/set/2019)	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/05/2020
11	Utilizar, como subsídio ao Relatório elaborado pela fiscalização do contrato, o Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), disposto no Anexo V-B da IN MPOG 05/2017, ou o que vier a substituí-lo.	A gestão buscará capacitação para os fiscais tendo como foco a elaboração dos Relatórios e o uso do Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), disposto no Anexo V-B da IN MPOG 05/2017, ou o que vier a substituí-lo.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/03/20
12	Ausência de Mapa de Preços adequada as contratações: Elaborar mapa de preços, demonstrando a vantajosidade econômica de adesão à ata.	Adotaremos a elaboração de Mapa de Preços	28/11/19	Monitoraremos as próximas contratações para observação da adoção dos procedimentos destacados.	Parcialmente atendida	Em monitoramento	01/03/20
13	Índices de evasão elevados: Aprimorar políticas e medidas de combate à evasão, intensificando ações de identificação de potenciais alunos sujeitos a evasão, de modo a planejar e realizar ações específicas de permanência e êxito desses alunos.	A gestão reformulá composição de Núcleo de Permanência e Êxito do educando para maior atuação e eficácia do mesmo.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		09/03/20
14	Gestão de Risco com baixo grau de maturidade: Desenvolver a Gestão de Riscos: elaborar, seguindo o que determina a legislação, normativos vigentes (exemplo: ISO 31000:2018; COSO ERM) e as boas práticas de gestão, o mapeando dos processos e riscos das áreas chave, avaliando e definindo como tratá-los.	A Gestão e servidores que atuam no administrativo participarão de Curso de capacitação para desenvolvimento da Gestão de Risco no Campus.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		08/2020

15	Avaliar, objetivamente, as necessidades de recursos humanos em cada setor do Campus para ajuste da força de trabalho, considerando alternativas como: realocar servidores e/ou terceirizados, onde couber; capacitações e aperfeiçoamentos dos servidores no Campus. Os procedimentos devem demonstrar as reais necessidades de cada setor, de modo a garantir o pleno atendimento às atividades administrativas e respeitando as boas práticas e a gestão de riscos.	Considerando a previsão de chegada de novos Servidores Técnicos Administrativos, faremos (re)avaliação para (re)alocação de recursos humanos . A estruturação física dos setores está condicionada à finalização da reforma do prédio pedagógico.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		09/03/20
16	Avaliar a urgência de adequação da rede elétrica e envolver a PROPLAN para definir estratégias que possam viabilizar os recursos financeiros aplicáveis para a execução do projeto.	Demanda parcialmente solucionada, em parceria com a Reitoria, com o empenho para execução parte do Projeto elétrico do Campus.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Parcialmente atendida	Em andamento – a Empresa já está executando o serviço de subestação e distribuição externa	13/01/19
17	Designar comissão composta de equipe multifuncional para avaliar, junto ao setor de patrimônio (conforme competência estabelecida em Regimento Interno IF Baiano, art. 28, inciso IX) a situação de itens patrimoniais sem uso armazenados e em locais impróprios ou estranhos à finalidade proposta (ex.: almoxarifado, garagem, galpão anexo a biblioteca, etc.), dando-lhes a devida destinação de acordo com estado de conservação, utilidade e em atendimento aos procedimentos legais cabíveis. Considerar o envolvimento de setores e técnicos pertinentes (ex.: PROPLAN, Jurídico, Contabilidade, etc.).	Solicitaremos comissão composta de equipe multifuncional para avaliar e orientar as demandas de organização do patrimônio existente no Campus.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		09/03/20
18	Avaliar junto a Engenharia do IF Baiano as necessidades de reparos das estruturas do Campus, principalmente em relação as não utilizadas. Verificar a criticidade, riscos envolvidos, necessidade de isolamento de áreas, e demais medidas cabíveis. Para as estruturas que forem condenadas, definir soluções aplicáveis (ex.: demolição).	A gestão planejará a destinação de recurso, ou buscará apoio da Reitoria, para a contratação de Engenheiro Estruturalista para emissão de laudos e soluções.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		06/07/20
19	Buscar soluções para as salas administrativas e pedagógicas que carecem de espaços próprios, como: aproveitamento de espaços abandonados, mas em condições de reforma/ readaptação; reordenamento de salas atualmente em uso; etc. Elaborar projetos e estimativas de recursos necessários para atender e definir estratégias viáveis, envolvendo a Engenharia, PROPLAN e demais setores do IF Baiano pertinentes.	Considerando a previsão de chegada de novos Servidores Técnicos Administrativos, faremos (re)avaliação para (re)alocação de recursos humanos . A estruturação física dos setores está condicionada à finalização da reforma do prédio pedagógico.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida	Em andamento	06/07/20
20	Projetar área para cozinha e refeitório com capacidade para atender as demandas, de modo a garantir a devida atenção às questões de segurança alimentar, higiene e boas práticas relacionadas a tal tipo de ambiente. Elaborar plano de ação para as medidas a serem adotadas.	Recomendação em andamento com o empenho para execução da reforma da área para cozinha e refeitório com capacidade para atender as demandas.	28/11/19	Aguardando envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Parcialmente atendida	Em andamento – a Empresa já está executando o serviço de subestação e distribuição externa	06/01/20
21	Levantar as carências de insumos e equipamentos dos laboratórios e elaborar planejamento para as aquisições (atentar para a disponibilidade elétrica e adequação de espaços antes de licitar), conforme as capacidades orçamentárias e logísticas do campus, bem como estratégias adotadas. Avaliar os riscos associados ao uso de cada laboratório e providenciar os EPI's em quantidade suficiente para garantir a segurança de todos os discentes e demais que utilizem dos espaços. Elaborar plano de ação para prover o campus dos laboratórios que se encontram ausentes nas estruturas construídas.	A demanda será pensada com a comunidade docente e técnicos de laboratório durante jornada pedagógica . A recomendação será encaminhada para o técnico em Segurança do Trabalho do campus para análise e providência. O campus planeja contratação de serviço de engenharia para a elaboração de projeto multidisciplinar para a elaboração do Projeto do Complexo de laboratório já desenhado pelos docentes e técnicos das áreas específicas.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		10/02/20

22	Prover à biblioteca de todos os exemplares em número suficiente para atender a demanda de cada curso, conforme proposto em seus planos pedagógicos de Curso, bem como os que se mostrarem necessários.	Considerando a previsão orçamentária do campus, a gestão tentará buscar recursos extra para atendimento à recomendação.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		08/2020
23	Avaliar junto a DGTI as adaptações do espaço onde está armazenado o data center ou a mudança para outro ambiente que melhor atenda as exigências institucionais, normativas e boas práticas relacionadas, de modo a garantir a integridade de informações estratégicas do Campus e evitar prejuízos materiais. Atentar sobre riscos aos usuários, operacionais dos equipamentos, e segurança da informação, observando a correta climatização, controle e prevenção de incêndio, e demais questões envolvidas.	A estruturação física dos setores está condicionada à finalização da reforma do prédio pedagógico. Existe planejamento para reforma das duas salas que pertencem a TI, que possibilitará uma divisão mais adequada do espaço e dos equipamentos.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		06/07/20
24	Avaliar as intenções de uso das áreas do campus com ocupação e uso ilegal, e buscar soluções, como: notificar proprietários de animais pastando estranhos aos Campus e de construções ilegais; envolver o governo do Estado e Prefeitura local para destinar uso público; desmembramento de área e devolução; etc. Envolver o Departamento Jurídico do IF Baiano e demais setores no que for pertinente.	A Gestão buscará apoio de equipe multidisciplinar e Jurídica da Reitoria para Atendimento à recomendação.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		04/2020
25	Adquirir os equipamentos exigíveis para o atendimento do NAPNE.	Considerando a previsão orçamentária do campus, a gestão tentará buscar recursos extra para atendimento à recomendação.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		04/2020
26	Avaliar às necessidades de adaptações para garantir a acessibilidade (ex.: rampas, piso tátil, identificação de locais em braile, alertas sonoros, etc) de todos os transeuntes do campus que as utilize. Estas devem atender ao público interno do Campus e os que venham a transitar eventualmente (discentes de outros campi, pais de alunos, comunidade externa, possíveis futuros alunos, etc.), de modo que esteja bem preparado para ser acessível a qualquer pessoa, viabilizando a inclusão de todos, no que for viável.	Considerando que o Campus possui o Projeto de Arquitetônico, a Gestão buscará, com apoio da Reitoria, recurso externo para a execução do projeto e atendimento à recomendação.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		04/2020
27	Planejar e estruturar áreas estratégicas para a socialização, lazer, integração e desenvolvimento dos alunos (ex.: sala de jogos, mesas com cadeiras em lugar abrigado, etc).	Recomendação em andamento com o empenho para execução da reforma da área para de convivência e salão de jogos para os discentes.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Parcialmente atendida	Em andamento – a Empresa já está executando o serviço de subestação e distribuição externa	06/01/20
28	Buscar parcerias com associações de catadores de lixo ou outras que efetuem a coleta seletiva de lixo reciclável.	A gestão designará Comissão para atendimento e acompanhamento desta ação.	28/11/19	Aguardando ação da gestão, com envio de evidencias dos procedimentos adotados para nova análise.	Não atendida		04/2020
Auditor:							
				Revisor:			D

Documento Digitalizado Público

Relatório FINAL de Auditoria nº01/2020

Assunto: Relatório FINAL de Auditoria nº01/2020

Assinado por: Vitor Menezes

Tipo do Documento: Planilha

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do

Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Joao Vitor Miranda de Menezes, CHEFE - FGI - OA-AUDIN**, em 12/02/2020 11:25:13.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/02/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 44587

Código de Autenticação: e4bb5e1c3f

